



**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JAIME RODRIGUES
ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO**

Rua Osni Cella, 534 – Jardim Guaira / CEP 85980-000

GUAÍRA – PARANÁ

Telefone (44) 3642-2424

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

GUAÍRA, DEZEMBRO DE 2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ARTE.....	4
2. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA	30
3. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS.....	37
4. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	45
5. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO	58
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA.....	66
7. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA.....	76
8. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA	86
9. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA.....	96
10. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - LEM.....	109
11. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA	126
12. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA	144
13. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA	155
14. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA.....	166

APRESENTAÇÃO

O processo de produção do conhecimento é contínuo, fruto da ação de todos os homens e provisório, à medida que resulta de verdades parciais que a humanidade estabelece em suas diferentes fases de desenvolvimento histórico, político, econômico e cultural. Neste sentido, compreendemos que o homem se faz homem através das relações que estabelece com a natureza e também com os outros homens, relações estas que são mediadas pela linguagem e pelo trabalho.

Este processo de interação é fator determinante da constituição do indivíduo como ser social, histórico e concreto, precisando ser entendido, portanto, em todas as suas dimensões: ética, política, estética, afetiva, cognitiva, cultural, econômica, hereditária, física, para que o seu processo de desenvolvimento possa se efetivar. Cabe-nos refletir sobre quais conhecimentos, quais saberes e significados devemos privilegiar no trabalho educativo para dar conta do pleno desenvolvimento humano. Precisamos encontrar caminhos que respeitem o tempo de aprendizagem e a experiência de vida dos que estão em busca do seu aperfeiçoamento, além de redefinir a lógica que organiza o trabalho docente, a aprendizagem do aluno, a participação da comunidade e a utilização do tempo e do espaço escolar. Na concepção de currículo proposta nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná, as disciplinas da Educação Básica terão, em seus conteúdos estruturantes, os campos de estudo que as identificam como conhecimento histórico. Dos conteúdos estruturantes organizam-se os conteúdos básicos a serem trabalhados por série, compostos tanto pelos assuntos mais estáveis e permanentes da disciplina quanto pelos que se apresentam em função do movimento histórico e das atuais relações sociais.

Esses conteúdos, articulados entre si e fundamentados nas respectivas orientações teórico metodológicas, farão parte dessa proposta pedagógica curricular das escolas. A partir dessa proposta pedagógica curricular, o professor elaborará seu plano de trabalho docente, documento de autoria, vinculado à realidade e às necessidades de suas diferentes turmas e em consonância com o Projeto Político Pedagógico – documento que deve estar vivo nas reflexões que o professor realiza. No plano, explicitar-se-ão os conteúdos específicos a serem trabalhados durante cada ano letivo, bem como as especificações metodológicas que fundamentam a relação ensino/aprendizagem, além dos critérios e instrumentos que objetivam a avaliação no cotidiano escolar.

1. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ARTE

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Arte está presente desde os primórdios da humanidade, sendo uma atividade fundamental do ser humano. Ela é uma forma de trabalho criador. É um processo de humanização e o ser humano como criador, transforma a natureza através do trabalho, produzindo novas maneiras de ver e sentir e que são diferentes em cada momento histórico e em cada cultura. As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, trata das concepções da arte como imitação, representação, arte como expressão ou arte como forma significativa tem por objetivo auxiliar o professor no importante processo de reflexão e avaliação de sua prática, o que significa pensar em que medida tais concepções se fazem presentes nas suas aulas, no dia-a-dia da escola, bem como nas implicações que tal fato terá no processo educativo dos seus alunos.

Essa avaliação é primordial para a efetivação de um ensino de qualidade voltado às necessidades educativas da maioria da população, meta que deve nortear todos os profissionais da Educação. As diferentes formas de pensar a Arte e o seu ensino são constituídas nas relações socioculturais, econômicas e políticas do momento histórico em que se desenvolveram. Nesse sentido, as diversas teorias sobre a arte estabelecem referências sobre sua função social, tais como: da arte poder servir à ética, à política, à religião, à ideologia; ser utilitária ou mágica transformar-se em mercadoria ou simplesmente proporcionar prazer.

Para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive é necessário, ainda, que o professor trabalhe a partir de sua área de formação (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança), de suas pesquisas e experiência artísticas, estabelecendo relações com os conteúdos e saberes das outras áreas da disciplina de Arte, nas quais tiver algum domínio.

O ensino de Arte deve basear-se num processo de reflexão sobre a finalidade da Educação, os objetivos específicos dessa disciplina e coerência entre tais objetivos, os conteúdos programados (os aspectos teóricos) e a metodologia proposta. Pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos sobre a diversidade de pensamento e de criação artísticas para expandir sua capacidade de criação e desenvolver o pensamento crítico.

JUSTIFICATIVA

A Proposta pedagógica curricular (PPC) deste estabelecimento de ensino está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino (DCE), documento que orienta o trabalho pedagógico trazendo a fundamentação do currículo, os fundamentos teóricos-metodológicos e os conteúdos da disciplina de Arte.

Assim, segundo as Diretrizes Curriculares (2008), a disciplina de Arte tem como objeto de estudo:

o conhecimento estético está relacionado à apreensão do objeto artístico como criação de cunho sensível e cognitivo. Historicamente originado na Filosofia, conhecimento estético constitui um processo de reflexão a respeito do fenômeno artístico e da sensibilidade humana, em consonância com os diferentes momentos históricos e formações sociais em que se manifestam. Pode-se buscar contribuições nos campos da Sociologia e da Psicologia para que o conhecimento estético seja melhor compreendido em relação às representações artísticas; o conhecimento da produção artística está relacionado aos processos do fazer e da criação, toma em consideração o artista no processo da criação das obras desde suas raízes históricas e sociais, as condições concretas que subsidiam a produção, o saber científico e o nível técnico alcançado na experiência com materiais; bem como o modo de disponibilizar a obra ao público, incluindo as características desse público e as formas de contato com ele, próprias da época da criação e divulgação das obras, nas diversas áreas como artes visuais, dança, música e teatro (DCE, 2008, p. 53).

Neste sentido, é preciso ressaltar que a função social da escola é oferecer aos alunos oportunidades de aprendizado através da obtenção do conhecimento significativo, exercendo influências positivas no desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno, fundamental para a formação do senso crítico enquanto cidadão de uma sociedade. Dessa maneira, cabe enfatizar ainda que as atividades escolares são fundamentais para a construção da identidade dos indivíduos de acordo com os valores e princípios da democracia e cidadania.

Portanto, as atividades artísticas, a música, o teatro, a dança podem facilitar o entendimento dos conteúdos programáticos tradicionais, além de promover o desenvolvimento humano.

Os conteúdos devem ser selecionados e abordados por meio do conhecimento estético e da produção artística, de maneira crítica, considerando que o sentido da

cognição não apenas implica o aspecto inteligível e racional, mas também o emocional e o valorativo, de maneira a ampliar a apreensão da realidade; ressaltando que a humanização dos objetos e dos sentidos se faz pela apropriação do conhecimento sistematizado em Arte, tanto pela percepção quanto pelo trabalho artístico.

Em arte, a prática pedagógica contempla as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro, e é fruto da percepção, da necessidade de expressão, da manifestação da capacidade criadora humana e por isso, torna-se parte fundamental do processo de humanização.

Considerando que o enfoque dado ao ensino de Arte na Educação Básica funda-se nos nexos históricos entre arte e sociedade, abordamos as concepções de arte, a qual incorpora as três vertentes das teorias críticas em arte, ou seja, a arte como forma de conhecimento; a arte como ideologia; e arte como trabalho criador, “por reconhecê-las como aspectos essenciais dessa área de saberes, na sua complexidade de produto da criação humana”. Ainda, de acordo com as Diretrizes, “essa concepção constitui-se no fundamento teórico de Arte para a Educação Básica, bem como é a fonte de referência para a organização da disciplina no seu conjunto” (DCE 2008, p.62).

Entendemos que as Diretrizes de Arte apontam aos professores, formas efetivas de levar o aluno a apropriar-se do conhecimento em arte, que produza novas maneiras de perceber e interpretar tanto os produtos artísticos quanto o próprio mundo. Nesse sentido, educar os alunos em arte é possibilitar-lhes um novo olhar, um ouvir mais crítico, um interpretar da realidade além das aparências, com a criação de uma nova realidade, bem como a ampliação das possibilidades de fruição. As interpretações de Arte como forma de conhecimento da Arte como ideologia e da Arte como trabalho criado, norteiam e organizam a metodologia, a seleção dos conteúdos e a avaliação de Arte na Educação Básica (DCE, p 56 – 57).

O trabalho com a interdisciplinaridade também é uma prerrogativa deste estabelecimento de ensino. A disciplina Arte tem uma forte característica interdisciplinar o que sem dúvida, possibilita a recuperação da unidade do trabalho pedagógico, pois seus conteúdos de ensino ensejam diálogos com diferentes disciplinas. A dimensão artística pode contribuir significativamente para humanização dos sentidos, ou seja, para a superação da condição de alienação e repressão à qual os sentidos humanos foram submetidos. Por isso, essa dimensão do conhecimento deve ser entendida para além da disciplina de Arte (DCE, p. 27).

Nosso trabalho na disciplina de Arte, neste Estabelecimento de Ensino, segue as Diretrizes Curriculares Estaduais, no tocante à defesa um currículo baseado nas dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento. A grande preocupação consiste no conhecimento, ou seja, na produção científica, nas manifestações artísticas e no legado filosófico da humanidade, e no direcionamento do trabalho pedagógico para a totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano. Com isso, entende-se a escola, como o espaço do confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular (DCE, p. 21).

CONTEÚDOS

Os conteúdos básicos para a disciplina de Arte seguem a organização das Diretrizes Curriculares, por área e de forma seriada. Devido ao fato da disciplina de Arte ser composta por quatro áreas artísticas (artes visuais, música, teatro e dança), nesse sentido, o planejamento e a prática pedagógica devem partir da formação do professor, que dará sustentação para a abordagem de conteúdos das outras áreas.

O planejamento das séries na educação básica deve ser organizado num conjunto dos conteúdos estruturantes: elementos formais, composição e movimentos e períodos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares (2008, p.63), “conteúdos estruturantes são conhecimentos de grande amplitude, conceitos que se constituem em fundamentos para a compreensão de cada uma das áreas de Arte”, assim, os conteúdos estruturantes para a disciplina devem ser trabalhados de forma articulada nas quatro áreas do conhecimento em Arte contemplando os elementos formais, composição, movimentos e períodos enquanto o tempo e o espaço articulam os conteúdos estruturantes entre si.

OBJETIVOS GERAIS

- Pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos sobre a diversidade de pensamento e de criação artística para expandir sua capacidade de criação e desenvolver o pensamento crítico;
- Reconhecer, conceituar e aplicar os elementos formais, proporcionando ao aluno o fazer artístico, a apreciação e os conhecimentos históricos, estéticos e contextuais em artes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular a compreensão dos elementos que estruturam e organizam a música, a dança, as Artes Cênicas e as Artes visuais e sua relação com a sociedade contemporânea e com o movimento artístico no qual se originaram;
- Produzir trabalhos musicais, de dança, Artes Cênicas e Artes Visuais visando atuação do sujeito em sua realidade singular e social;
- Promover a apropriação prática e teórica dos modos de composição musical, visual, cênico e de dança das diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo;
- Incentivar a compreensão das diferentes formas de Artes Populares, suas origens e práticas contemporâneas;
- Estimular o pensamento crítico do estudante, bem como sua sensibilidade perante a apreciação das linguagens artísticas e da Arte como fator de transformação social;
- Desenvolver a capacidade de concentração, atenção, senso crítico e o trabalho em conjunto.

TABELA DE CONTEÚDOS – ARTE

6º ANO

ÁREA: MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Altura	Ritmo	Greco-Romana
Duração	Melodia	Oriental
Timbre	Escalas: diatônica	Ocidental
Intensidade	Pentatônica	Africana
Densidade	Cromática	
	Improvisação	

ÁREA: ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Ponto	Bidimensional	Arte Greco- Romana
Linha	Figurativa	Arte Africana
Textura	Geométrica, simetria	Arte Oriental
Forma	Técnicas: Pintura,	Arte Pré-histórica
Superfície	escultura, arquitetura...	
Volume	Gêneros: cenas da	
Cor	mitologia...	
Luz		

ÁREA: TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais	Enredo, roteiro. Espaço Cênico, adereços	Greco-Romana
Ação	Técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara.	Teatro Oriental
Espaço	Gênero: Tragédia, Comédia e Circo.	Teatro Medieval
		Renascimento

ÁREA: DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Movimento Corporal	Kinesfera Eixo	Pré-História

Tempo Espaço	Ponto de Apoio Movimentos articulares Fluxo (livre e interrompido) Rápido e lento Formação Níveis (alto, médio e baixo) Deslocamento (direto e indireto) Dimensões (pequeno e grande) Técnica: Improvisação Gênero: Circular	Greco-Romana Renascimento Dança Clássica
-----------------	--	--

7º ANO**ÁREA: MÚSICA**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Altura	Ritmo	Música popular e étnica (ocidental e oriental)
Duração	Melodia	
Timbre	Escalas	
Intensidade	Gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico	
Densidade	Técnicas: vocal, instrumental e mista Improvisação	

ÁREA: ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		

Ponto	Proporção	Arte Indígena
Linha	Tridimensional	Arte Popular
Forma	Figura e fundo	Brasileira e Paranaense
Textura	Abstrata	Renascimento
Superfície	Perspectiva	Barroco
Volume	Técnicas: Pintura,	
Cor	escultura, modelagem,	
Luz	gravura...	
	Gêneros: Paisagem,	
	retrato, natureza morta...	

ÁREA: TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais	Representação, Leitura dramática, Cenografia.	<i>Comédia dell'Arte</i>
Ação	Técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação, formas animadas	Teatro Popular
Espaço	Gêneros: Rua e arena, Caracterização.	Brasileiro e Paranaense
		Teatro Africano

ÁREA: DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Movimento Corporal	Ponto de Apoio Rotação Coreografia Salto e queda	Dança Popular
		Brasileira

Tempo	Peso (leve e pesado) Fluxo (livre, interrompido e conduzido)	Paranaense Africana
Espaço	Lento, rápido e moderado Níveis (alto, médio e baixo) Formação Direção Gênero: Folclórica, popular e étnica	Indígena

8º ANO**ÁREA: MÚSICA**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Altura	Ritmo	Indústria Cultural
Duração	Melodia	Eletrônica
Timbre	Harmonia	Minimalista
Intensidade	Tonal, modal e a fusão de ambos.	Rap, Rock, Tecno
Densidade	Técnicas: vocal, instrumental e mista.	

ÁREA: ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Linha	Semelhanças	Indústria Cultural
Forma	Contrastes	Arte no Séc. XX
Textura	Ritmo Visual	Arte Contemporânea
Superfície	Estilização	
Volume	Deformação	
Cor	Técnicas: desenho, fotografia, audiovisual e	
Luz	mista...	

ÁREA: TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Representação no Cinema e Mídias Texto dramático Maquiagem Sonoplastia Roteiro Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica...	Indústria Cultural Realismo Expressionismo Cinema Novo

ÁREA: DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Movimento Corporal Tempo Espaço	Giro Rolamento Saltos Aceleração e desaceleração Direções (frente, atrás, direita e esquerda) Improvisação Coreografia Sonoplastia Gênero: Indústria Cultural e espetáculo	Hip Hop Musicais Expressionismo Indústria Cultural Dança Moderna

9º ANO**ÁREA: MÚSICA**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Altura	Ritmo	Música Engajada

Duração	Melodia	Música Popular Brasileira
Timbre	Harmonia	Música Contemporânea
Intensidade	Técnicas: vocal, instrumental e mista	
Densidade	Gêneros: popular, folclórico e étnico.	

ÁREA: ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Linha	Bidimensional	Realismo
Forma	Tridimensional	Vanguardas
Textura	Figura-fundo	Muralismo e Arte Latino-Americana
Superfície	Ritmo Visual	Hip Hop
Volume	Técnica: Pintura, grafite, performance...	
Cor		
Luz	Gêneros: Paisagem urbana, cenas do cotidiano...	

ÁREA: TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais	Técnicas: Monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum Dramaturgia	Teatro Engajado Teatro do Oprimido Teatro Pobre
Ação	Cenografia	Teatro do Absurdo
Espaço	Sonoplastia	Vanguardas

	Iluminação	
	Figurino	

ÁREA: DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Movimento Corporal	Kinesfera Ponto de Apoio Peso Fluxo Quedas Saltos Giros Rolamentos Extensão (perto e longe)	Vanguardas Dança Moderna Dança Contemporânea
Tempo	Coreografia Deslocamento	
Espaço	Gênero: Performance e moderna	

ARTE – ENSINO MÉDIO**ÁREA: MÚSICA**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÕES	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		

Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo; Melodia; Harmonia; Escalas Modal, Tonal e fusão de ambos. Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, pop Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica, informática e mista improvisação	Música Popular Brasileira Paranaense Popular Indústria cultural Engajada Vanguarda Ocidental Oriental Africana Latino-Americana.
---	---	---

ÁREA: ARTES VISUAIS

TEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÕES	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Ponto Linha Forma Textura Superfície Volume Cor Luz	Bidimensional Tridimensional Figura e fundo Figurativo Abstrato Perspectiva Semelhanças Contrastes Ritmo visual Simetria Deformação Estilização Técnicas: Pintura, desenho, modelagem, instalação, performance, fotografia, gravura e esculturas, arquitetura, história em quadrinhos...	Arte ocidental Arte oriental Arte Africana Arte brasileira Arte paranaense Arte popular Arte de vanguarda Indústria cultural Arte contemporânea; Arte Latino-Americana

	Gêneros: paisagem, natureza-morta, cenas do cotidiano, histórica, religiosa, cenas da mitologia...	
--	---	--

ÁREA: TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÕES	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS		
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, teatro- fórum, roteiro, encenação e leitura dramática Gêneros: tragédia, comédia, drama e épico Dramaturgia Representação nas mídias Caracterização Cenografia, sonoplastia, figurino e iluminação Direção Produção	Teatro Greco-Romano Teatro Medieval Teatro Brasileiro Teatro Paranaense Teatro Popular Indústria Cultural Teatro Engajado Teatro Dialético Teatro Essencial Teatro do Oprimido Teatro Pobre Teatro de Vanguarda Teatro Renascentista Teatro Latino-Americano Teatro Realista Teatro Simbolista

ÁREA: DANÇA

◦ CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
◦ CONTEÚDOS BÁSICOS		
Movimento Corporal	Kinesfera	Pré-histórica,
	Fluxo	Greco-Romana
	Peso	Medieval
	Eixo	Renascimento
Tempo	Salto e Queda	Dança Clássica
	Giro	Dança Popular Brasileira
	Rolamentos	Paranaense
	Movimentos articulares	Africana
	Lento, rápido e moderado	Indígena
	Aceleração e desaceleração	Hip Hop
	Níveis	Indústria Cultural
	Dinâmica	Danças Modernas
	Aceleração	Vanguardas
	Ponto de apoio	Dança
	Salto e queda	Contemporânea.
	Rotação	
	Formação	
	Deslocamento	
	Direções	
	Planos	
	Improvisação	
	Coreografia	
Espaço	Gêneros: Espetáculo, indústria cultural, étnica, folclórica, populares e salão.	

Desafios Socioeducacionais (legislações obrigatórias) serão contempladas/trabalhadas na disciplina, articulados aos conteúdos de Arte. Possibilidades de articulação, sugestões para disciplina de Arte: História e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº11. 645/08); **Música** (Lei nº 11.769/08); Educação Fiscal/Educação tributária - (Decreto Estadual n.º 1143/1999, Portaria 413/02 – PR); Enfrentamento a violência contra criança e o adolescente. Direito das Crianças e Adolescente (L.F. nº11525/07, Portaria nº413/02), Educação Ambiental (L.F. nº 9795/99;

Dec. nº 4201/02), dentre outras.

Estas são discussões necessárias a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão dessa intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

A relação entre o processo pelo qual o homem produz conhecimento, as produções artísticas é um deles. A Arte como capacidade de transmitir sensações estéticas carregadas de vivências pessoais e sentimentos que exprime a realidade, e estas são representadas e interpretadas através de sons, movimentos, imagens visuais e dramatização, que chamamos de objeto artístico. Arte como conhecimento está perfeitamente ligada à formação integral do educando, onde ele se expressa através de elementos verbais e não-verbais, em resposta a realidade que ele mesmo pode transformar.

Os conteúdos devem estar relacionados com a realidade do aluno e do seu entorno. Nessa seleção, o professor pode considerar artistas, produções artísticas e bens culturais da região, bem como outras produções de caráter universal. Assim, é importante o trabalho com as mídias que fazem parte do cotidiano das crianças, adolescentes e jovens, alunos da escola pública.

O ensino da Arte deve abordar encaminhamentos metodológicos norteados pelos conteúdos estruturantes (elementos formais, composição, movimentos e períodos) abrangendo o teorizar, o sentir e perceber e o trabalho artístico, nas quatro áreas: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança.

Em **Artes Visuais** de acordo com as Diretrizes Curriculares do Paraná (2008) uma importante possibilidade de trabalho é o estabelecimento de relações das artes visuais com as outras áreas artísticas. A máscara no Teatro, o registro gráfico da Música ou o figurino e a maquiagem da Dança são exemplos de relações possíveis. Essa prática pedagógica promove uma forma de percepção mais completa e aprofundada no que se refere ao conhecimento em Arte, principalmente ao se trabalhar com as

manifestações populares e midiáticas, que são compostas por todas as áreas artísticas.

Sugere-se que a prática pedagógica parta da análise e produção de trabalhos artísticos relacionados a conteúdos de composição em artes visuais, tais como: Imagens bidimensionais: desenhos, pinturas, gravuras, fotografia, propaganda visual; Imagens tridimensionais: esculturas, instalações, produções arquitetônicas; Trabalhar com as artes visuais sob uma perspectiva histórica e crítica, reafirma a discussão sobre essa área como processo intelectual e sensível que permite um olhar sobre a realidade humano-social, e as possibilidades de transformação desta realidade.

Em **Dança** de acordo com as Diretrizes Curriculares do Paraná (2008) o elemento central é o movimento corporal, por isso o trabalho pedagógico pode basear-se em atividades de experimentação do movimento, improvisação, em composições coreográficas e processos de criação (trabalho artístico), tornando o conhecimento significativo para o aluno, conferindo-lhe sentido a aprendizagem, por articularem os conteúdos da dança. A dança tem seus conteúdos próprios, capazes de desenvolver aspectos cognitivos que, uma vez integrados aos processos mentais, possibilitam uma melhor compreensão estética da arte. Os elementos formais da dança são: Movimento Corporal: movimento do corpo ou de parte dele num determinado tempo e espaço; Espaço: é onde os movimentos acontecem, com a utilização total ou parcial do espaço; Tempo: caracteriza a velocidade do movimento corporal (ritmo e duração).

Na **Música** como sugestão de encaminhamento metodológico, as Diretrizes Curriculares do Paraná cita um exemplo de como se trabalhar com um videoclipe:

1. apreciação e análise do videoclipe (música, imagem, representação, dança...), com ênfase na produção musical, observando a organização dos elementos formais do som, da composição e de sua relação com os estilos e gêneros musicais;
2. seleção de músicas de vários gêneros para compor outra trilha sonora para a mesma cena do videoclipe, observando se há mudança no sentido da cena;
3. construção de instrumentos musicais, com vários tipos de materiais, para produções musicais com diversos arranjos instrumentais e vocais, compondo efeitos sonoros e música para o videoclipe;
4. registro de todo o material sonoro produzido pelos alunos, por meio de gravação em qualquer mídia disponível.

No **Teatro**, as Diretrizes Curriculares do Paraná coloca como possibilidade de encaminhamento, iniciar o trabalho com exercícios de relaxamento, aquecimento e com

os elementos formais do teatro: personagem – expressão vocal, gestual, corporal e facial, Composição: jogos teatrais, improvisações e transposição de texto literário para texto dramático, pequenas encenações construídas pelos alunos e outros exercícios cênicos (trabalho artístico).

O encaminhamento enfatiza o trabalho artístico, contudo, o professor não exclui a abordagem da teorização em arte como, por exemplo, discutir os movimentos e períodos artísticos importantes da história do Teatro. Durante as aulas, torna-se interessante solicitar aos alunos uma análise das diferentes formas de representação na televisão e no cinema, tais como: plano de imagens, formas de expressão dos personagens, cenografia e sonoplastia (sentir e perceber).

Para o trabalho de sentir e perceber é essencial que os alunos assistam a peças teatrais de modo a analisá-las a partir de questões como:

- descrição do contexto: nome da peça, autor, direção, local, atores, período histórico da representação;
- análise da estrutura e organização da peça: tipo de cenário e sonoplastia, expressões usadas com mais ênfase pelos personagens e outros conteúdos trabalhados em aula;
- análise da peça sob o ponto de vista do aluno: com sua percepção e sensibilidade em relação à peça assistida.

Para o trabalho de sentir e perceber é essencial que os alunos assistam a peças teatrais de modo a analisá-las a partir de questões como: Descrição do contexto: nome da peça, autor, direção, local atores, período histórico de representação; Análise da estrutura e organização da peça: tipo de cenário e sonoplastia, expressões usadas com mais ênfase e outros conteúdos trabalhados em aula; Análise da peça sob o ponto de vista do aluno: com sua percepção e sensibilidade em relação á peça assistida.

O Teatro oportunizará aos alunos a análise, a investigação e a composição de personagens, de enredos e de espaços de cena, permitidas a interação crítica dos conhecimentos trabalhados com outras realidades socioculturais. Essas relações estão presentes, também, em manifestações cênicas como: danças, jogos e brincadeiras, rituais folguedos folclóricos como o Maracatu, a Festa do Boi, a Congada, a Cavalhada, a Folia de Reis, entre outras. Tais manifestações podem ser apreendidas como conhecimento e experimento cênico que podem contribuir para integrar e desenvolver o conhecimento estético e artístico do aluno, bem como para ampliar seu modo de pensar

e recompor representações de mundo, a partir dos diferentes meios socioculturais.

Vivenciando experiências artísticas, os alunos desenvolvem a percepção e senso estético para a compreensão do mundo, tendo um diálogo mais efetivo com a realidade. O conhecimento de conceitos significativos depende da relação estabelecida por eles e as experiências vividas concretamente, aprimorando a sensibilidade que neles já existe, portanto é a forma de se comunicar e interagir com os outros e o mundo, compreendendo que faz parte de uma sociedade e pode transformá-la. É fundamental que o professor pense e elabore uma prática pedagógica que estimule o potencial dos alunos e incentive-os para elaborar e reelaborar suas próprias ideias criativas; num ambiente rico de provocações que desafiem a criação e expressão de diversas linguagens, corporais, sonoras e visuais, levando-os a mudança significativa, um novo olhar sobre o mundo. Uma pessoa criativa interage de forma diferente com o mundo.

Com uma metodologia adequada, terá o professor define caminhos que serão percorridos pelos alunos no processo expressivo, usando métodos de investigação como: pesquisas, contatos com artistas, visitas a exposições, concertos de música, apresentações de teatro e dança. Estes e outros recursos utilizados viabilizam a concretização dos objetivos previstos. Dentro de uma metodologia inovadora em Arte, precisa-se envolver a prática, a apreciação estética e o conhecimento histórico, articulado em seu contexto social. Segundo as DCes de Arte do Paraná a metodologia do ensino da arte, se organiza em três momentos:

- Sentir e perceber (apreciação e apropriação);
- O trabalho artístico (prática);
- O conhecimento em arte (fundamentação).

E as associações destes três momentos individuais ou simultâneos possibilitam para as aulas de arte, onde era valorizada a simples prática de exploração de materiais ou representações já existentes. De acordo com as DCEs de Arte do Paraná no ensino Fundamental, na metodologia utilizada pelo professor, deverão ser abordados os conteúdos estruturantes de cada linguagem artística (dança, teatro, música e artes visuais). E estes articulados entre si, dão significado ao objeto de estudo e possibilitam a organização dos conteúdos específicos. A abordagem de diferentes épocas da história da Arte, deverá estar sempre articulado ao estudo da época vivenciada pelo aluno. A

criança pensa e busca explicações para tudo o que acontece em sua volta, formulando teorias bastante originais, de acordo com sua lógica, o meio que ela vive tem um papel importante na transformação da forma dela ver o mundo. A arte fornece subsídios para compreensão do sentido por outros homens e os que vivem neste momento histórico.

A abordagem dos conteúdos estruturantes se faz necessária e deverá acontecer a partir de um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento, as práticas e a fruição estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, em toda a Educação Básica.

A escola é um espaço de conhecimento, dessa forma, devemos contemplar, na metodologia de ensino da arte, três momentos da organização pedagógica: teorizar, sentir e perceber e trabalho artístico.

Os conteúdos devem estar relacionados com a realidade do aluno e do seu entorno. Nessa seleção, o professor pode considerar artistas, produções artísticas e bens culturais da região, bem como outras produções de caráter universal. Assim, é importante o trabalho com as mídias que fazem parte do cotidiano das crianças, adolescentes e jovens, alunos da escola pública. Uma obra de arte deve ser entendida como a forma pela qual o artista percebe o mundo, reflete sua realidade, sua cultura e sua época, dentre outros aspectos. Esse conjunto de conhecimentos deve ser o ponto de partida para que a leitura da obra componha a prática pedagógica, que inclui a experiência do aluno e a aprendizagem pelos elementos percebidos por ele na obra de arte.

AVALIAÇÃO

A disciplina de Arte apresenta-se como componente curricular responsável por viabilizar ao aluno o acesso sistematizado aos conhecimentos em arte, por meio das diferentes linguagens artísticas. Assim sendo, o objetivo da arte no ensino é propiciar ao aluno o acesso aos conhecimentos presentes nos bens culturais, por meio de um conjunto de saberes, permitindo que utilize esses conhecimentos na compreensão das realidades levando em conta as relações estabelecidas pelos alunos entre conhecimentos em arte e a sua realidade que se tornam evidentes tanto no processo, quanto na produção individual e coletiva.

Dessa forma, a avaliação em Arte será diagnóstica e processual e em

estabelecimento de parâmetros comparativos entre alunos; estará, portanto, discutindo dificuldades e progressos de cada um a partir de sua própria produção. Sendo diagnóstica a avaliação será referência do professor para o planejamento das aulas e de avaliação dos alunos. Sendo processual abrange todos os momentos da prática pedagógica. A avaliação será feita por meio de observação e registro, considerando aspectos experiências (prática) e conceituais (teóricos), buscando o desenvolvimento do pensamento estático e a sistematização do conhecimento para a leitura da realidade. (DCE, 2018, p.81)

O planejamento deve ser constantemente direcionado, utilizando a avaliação do professor, da turma, sobre o desenvolvimento das aulas e também a autoavaliação dos alunos. Portanto, o conhecimento que o aluno acumula deve ser socializado entre os colegas e, ao mesmo tempo, constitui-se como referência para o professor propor abordagens diferenciados. A fim de se obter uma avaliação efetiva individual e do grupo, são necessários vários instrumentos de verificação tais como: Trabalhos artísticos individuais e em grupo pesquisas bibliográficas e de campo, Debates em forma de seminários e simpósios, Provas teóricas e práticas, Registros em forma de relatórios, gráficos, portfólio, áudio visual e outros. Por meio desses instrumentos, o professor obterá o diagnóstico necessário para o planejamento e o acompanhamento da aprendizagem durante o ano letivo, visando às seguintes expectativas de aprendizagem: a compreensão dos elementos que estruturam e organizam a arte e sua relação com a sociedade contemporânea; a produção de trabalhos de arte visando à atuação do sujeito em sua realidade singular e social; a apropriação prática e teórica dos modos de composição da arte nas diversas culturas médias relacionadas à produção, divulgação e consumo.

De acordo com a Instrução nº 015/2017 SUED/SEED, o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino enfatiza que a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa. Para isso, a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação em Arte, utilizará técnicas e instrumentos diversificados (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual,

seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso.

No decorrer do processo de avaliação de arte, serão utilizados critérios de avaliação que servem como base para o julgamento do nível de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, do ensino do professor. Estes critérios deverão constar no Plano de Trabalho do Professor, por estarem diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

No processo avaliativo serão consideradas as Expectativas de Aprendizagem, que apontam o que é fundamental, a base, que espera-se que o aluno domine ao final de cada série/ano, conforme Caderno de Expectativas de Aprendizagem da disciplina.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa:

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório;
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos artísticos, individuais e em grupo:** Produção musical, peça teatral, produção coreográfica;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações

cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).

- **Registros em forma de relatórios, gráficos, audiovisual e outros.**

- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

Em arte, para as escolas em tempo integral, os Componentes Curriculares Eletivos (escolhidos pelos estudantes) do Ensino Fundamental, anos finais seguirão as instruções deste documento contemplando suas especificidades quanto aos instrumentos, uma vez que não terão aferição de notas.

As Atividades dos Programas de Ampliação de Jornada, por serem optativas e com organização flexível para formação de turmas, não necessitam ser submetidas ao mesmo processo de avaliação das disciplinas da Matriz Curricular quanto ao registro de notas. Contudo, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, deverá ser realizado e registrado por meio de portfólio e/ou outros instrumentos.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

•

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

•

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

De acordo com as DCEs da disciplina de Arte, a concepção de avaliação para essa disciplina é diagnóstica e processual. É diagnóstica por ser a referência do professor para planejar as aulas e avaliar os alunos; é processual por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica. A avaliação processual deve incluir formas de avaliação da aprendizagem, do ensino (desenvolvimento das aulas), bem como a autoavaliação dos alunos.

De acordo com a LDB (n. 9.394/96, art. 24, inciso V) a avaliação é “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capítulo I, art.8º), a avaliação almeja “o desenvolvimento formativo e cultural do aluno” e deve “levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas”

Da **Instrução nº 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que: compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vedada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vedado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Por isso, a recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero

dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**.

A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, **a nota deverá ser substitutiva**, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do (a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos. Os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe (LRC) ou Livro Registro de Classe Online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1991.

BOURCIER, P. **História da dança no ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 5692/71: **lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB**. Brasília, 1971.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: **lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB**. Brasília, 1996.

MORAES, J. J. **O que é música?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

NETO, M. J. de S. (Org.). **A (des)construção da Música na Cultura Paranaense**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

OSINSKI, D. R. B. **Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte educação em Curitiba**. Curitiba: UFPR, 1998. Dissertação (Mestrado).

OSTROWER, F. **Criatividade e Processos de Criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

OSTROWER, F. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação**. Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Caderno de expectativas de aprendizagem**. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Curitiba: Seed/DEB-PR, 2008.

2. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA

JUSTIFICATIVA

A disciplina de biologia tem como objeto de estudo o fenômeno **Vida**. Ao longo da história da humanidade, muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno, tentando explicar e compreendê-lo (PARANÁ, 2008. p.38).

Os conhecimentos da Biologia no Ensino Médio não resultam da apreensão contemplativa da natureza em si, mas dos modelos teóricos elaborados pelo ser humano, seus paradigmas teóricos, que evidenciam o esforço de entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais. (ibid, p. 38).

Segundo a Diretriz Curricular Orientadora da Educação Básica do Paraná - DCE, 2008, para compreender os pensamentos que contribuíram na construção de diferentes concepções sobre o fenômeno VIDA e suas implicações no ensino, buscou -se na história da ciência, os contextos históricos nos quais influências religiosas, econômicas, políticas e sociais impulsionaram esta construção. Organizar os conhecimentos biológicos construídos ao longo da história da humanidade e adequá-los ao sistema de ensino requer compreensão dos contextos em que a disciplina de biologia é contemplada nos currículos escolares.

Pautada nas DCE do Paraná (2018. p 49), a concepção da disciplina fundamenta-se na concepção histórica da ciência articulada aos princípios da filosofia da ciência. A partir desta dimensão foram identificados marcos conceituais da construção do pensamento biológico e os mesmos foram adotados como critérios para a escolha dos conteúdos estruturantes no ensino médio.

De acordo com ANDERY, 1988; ARAÚJO, 2002 citado por DCE, (2008), os autores colocam que a ciência sempre esteve sujeita às interferências, determinações, tendências e transformações da sociedade, aos valores e ideologias e às necessidades materiais do homem, dependendo de cada momento histórico, buscando encontrar explicações sobre os fatos.

O estudo da biologia tem como objetivo formar sujeitos críticos, reflexivos e analíticos, que possam atuar na sociedade como verdadeiros cidadãos. Exercendo um papel fundamental em sua vida, a partir dos conteúdos específicos e das questões sociais em sala de aula, sendo estes desenvolvidos sobre perspectivas críticas e histórica, considerando as relações entre tecnologia, ciência e sociedade.

O aluno deverá compreender que a ciência não é um conjunto de conhecimentos definitivamente estabelecidos, mas que se modificam ao longo do tempo, buscando sempre corrigi-los e aprimorá-los, de modo que ele possa entender melhor e prever fenômenos, sobretudo aqueles relacionados ao cotidiano, e acompanhar as descobertas científicas divulgadas pelos meios de comunicação, avaliando os aspectos éticos dessas descobertas, desenvolvendo o pensamento lógico e o espírito crítico, utilizado para identificar e resolver problemas, formulando perguntas e hipóteses, testando, discutindo e redigindo explicações para os fenômenos naturais, comunicando suas conclusões aos colegas para que elas sejam debatidas com todos.

O estudo de ciências deve contribuir para que os educandos compreendam melhor o mundo e suas transformações, possam agir de forma responsável em relação ao meio ambiente e aos seus semelhantes, refletindo sobre questões éticas que estão implícitas na relação entre ciência e sociedade.

Portanto, valoriza-se a construção histórica dos conhecimentos biológicos, articulados à cultura científica, socialmente valorizada e propõe-se o método da prática social (PARANÁ, 2008. p.54).

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, os saberes, conhecimentos de grande amplitude, que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para as abordagens pedagógicas dos conteúdos específicos e conseqüente compreensão de seu objeto de estudo e ensino. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula (PARANÁ, 2008. p.55).

De acordo com a concepção teórica assumida, serão apontados os *Conteúdos Estruturantes* e Conteúdos Básicos na Educação Básica:

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Organização dos Seres Vivos Mecanismos Biológicos Biodiversidade Manipulação Genética	Classificação dos seres vivos; critérios taxonômicos e filogenéticos. Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia. Mecanismos de desenvolvimento embriológico.

	<p>Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.</p> <p>Teorias evolutivas.</p> <p>Transmissão das características hereditárias.</p> <p>Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente.</p> <p>Organismos geneticamente modificados.</p>
--	---

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO OBRIGATÓRIAS

Importante salientar que muitos destes desafios são expressões de lutas históricas e demandas existentes na sociedade, as quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados como parte do currículo sempre que o conteúdo "chamar" fazendo parte da totalidade de um conteúdo.

Lei Federal nº 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei Federal nº 10.639/03 - História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei Federal nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Lei Federal nº 11.343/06 - Prevenção ao uso indevido de drogas.

Obs.: Além destes desafios citados acima, outras abordagens podem ser feitas de acordo com o colegiado da escola: Diversidades Culturais; Sexualidade Humana; Enfrentamento a Violência contra criança e o adolescente; Educação Tributária e Educação Fiscal; Fazendo escola; Valores; Trânsito; Momento literário; Bullying; inclusão e cidadania; será feita através de estratégias didáticas que possibilitem a compreensão do aluno através de conversas, pesquisas, visitas e entrevistas que serão contempladas no PTD.

METODOLOGIA

Para o ensino de Biologia, propõe-se o método da prática social. Segundo as diretrizes curriculares (PARANÁ, 2008. p 64), o ensino de conteúdos específicos devem apoiar-se num processo pedagógico em que tenha como ponto de partida a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social.

Compreender o fenômeno vida e sua complexidade de relações, na disciplina de Biologia, significa analisar uma ciência em transformação, cujo caráter provisório permite a reavaliação dos seus resultados e possibilita repensar, mudar conceitos e teoria elaborados em cada momento histórico, social, político, econômico e cultural.

O processo pedagógico para o ensino de Biologia deve apoiar-se em estratégias de ensino como a aula dialogada, a leitura, a escrita, a atividade experimental, o estudo

do meio, os jogos didáticos, entre tantas outras, devem favorecer a expressão dos alunos, seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações, uma vez que aprender envolve a produção/criação de novos significados, pois esse processo acarreta o encontro e o confronto das diferentes ideias propagadas em sala de aula.

O processo de ensino-aprendizagem pode ser melhor articulado com o uso de recursos didáticos: livro didático, textos de jornal, revistas científicas, figuras, mapas, modelos didáticos anatômicos, microscópio óptico e estereoscópico, computador, projetores multimídia entre outros.

AVALIAÇÃO

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A disciplina de Biologia utilizará técnicas e instrumentos diversificados (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem, sendo vetada submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de

Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

Na disciplina de Biologia será utilizada técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova discursiva-dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

Da **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Sendo assim, compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos. A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a

finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

5. REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação**. Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Caderno de Expectativas de Aprendizagem. Curitiba: SEED/DEB, 2012.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Pública Estadual do Paraná. Biologia. Curitiba: SEED/DEB, 2008.

3. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS

1. JUSTIFICATIVA

A disciplina de ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da natureza (o conjunto de elementos integradores que constitui o universo em toda sua complexidade). Cabe ao ser humano interpretar racionalmente os fenômenos observados na natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como: tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida (PARANÁ, 2008, p 40)).

A Natureza legitima o objeto de estudo das ciências naturais e da disciplina de Ciências (ibid, 2008, p. 40).

Segundo Freire-Maia, 2000, *apud* PARANÁ, (2008, p.41), o conceito de Ciências :

[...] um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelo, etc, visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial. Desta forma, a ciência não revela a verdade, mas propõe modelos explicativos construídos a partir da aplicabilidade de método científico.

A ciência é uma atividade humana complexa, histórica e coletivamente construída, que influencia e sofre influências de questões sociais, tecnológicas, culturais, éticas e políticas (id.ibid. p.41).

O ensino das ciências constitui, portanto um meio importante de preparar o estudante para enfrentar os desafios que surgem de uma sociedade preocupada em integrar, mais e mais, as descobertas científicas ao bem-estar dos indivíduos.

O aluno deverá compreender que a ciência não é um conjunto de conhecimentos definitivamente estabelecidos, mas que se modificam ao longo do tempo, buscando sempre corrigi-los e aprimorá-los, de modo que ele possa entender melhor e prever fenômenos, sobretudo aqueles relacionados ao cotidiano, e acompanhar as descobertas científicas divulgadas pelos meios de comunicação, avaliando os aspectos éticos dessas descobertas, desenvolvendo o pensamento lógico e o espírito crítico, utilizado para identificar e resolver problemas, formulando perguntas e hipóteses, testando, discutindo e redigindo explicações para os fenômenos naturais, comunicando suas conclusões aos colegas para que elas sejam debatidas com todos.

O estudo de ciências deve contribuir para que os educandos compreendam

melhor o mundo e suas transformações, possam agir de forma responsável em relação ao meio ambiente e aos seus semelhantes, refletindo sobre questões éticas que estão implícitas na relação entre ciência e sociedade.

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, os saberes, conhecimentos de grande amplitude, que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para as abordagens pedagógicas dos conteúdos específicos e consequente compreensão de seu objeto de estudo e ensino. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula (PARANÁ, 2008. P.55).

De acordo com a concepção teórica assumida, serão apontados os *Conteúdos Estruturantes* e Conteúdos Básicos na Educação Básica:

De acordo com as Diretrizes Curriculares, os conteúdos estruturantes e Básicos de Ciências são:

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	Universo Sistema solar Movimentos terrestres Movimentos celestes Astros Origem e evolução do universo Gravitação universal
MATÉRIA	Constituição da matéria Propriedades da matéria
SISTEMAS BIOLÓGICOS	Níveis de organização Celular Morfologia e fisiologia dos seres vivos Célula Mecanismos de herança genética
ENERGIA	Formas de energia Conversão de energia Transmissão de energia
BIODIVERSIDADE	Organização dos seres vivos Ecossistemas Origem da vida Evolução dos seres vivos Sistemática Interações ecológicas

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO OBRIGATÓRIAS

Importante salientar que muitos destes desafios são expressões de lutas históricas e demandas existentes na sociedade, as quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados como parte do currículo sempre que o conteúdo "chamar" fazendo parte da totalidade de um conteúdo.

Lei Federal nº 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei Federal nº 10.639/03 - História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei Federal nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Lei Federal nº 11.343/06 - Prevenção ao uso indevido de drogas.

Obs.: Além destes desafios citados acima, outras abordagens podem ser feitas, como:: Diversidades Culturais; Sexualidade Humana; Enfrentamento a Violência contra criança e o adolescente; Educação Tributária e Educação Fiscal; Fazendo escola; Valores; Trânsito; Momento literário; Bullyng; inclusão e cidadania; será feita através de estratégias didáticas que possibilitem a compreensão do aluno através de conversas, pesquisas, visitas e entrevistas que serão contempladas no PTD.

METODOLOGIA

Na disciplina de Ciências será selecionado os conteúdos específicos e da opção por determinadas abordagens, estratégias e recursos, dentre outros critérios, precisa levar em consideração o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Visto que, a escolha de abordagens, estratégias e recursos pedagógicos adequados à mediação pedagógica contribuem para que o estudante se aproprie de conceitos científicos de forma mais significativa e para que se estabeleça critérios e instrumentos de avaliação.

Sabe-se que a teoria científica em seu elevado grau de abstração dificultam a compreensão direta dos alunos do Ensino Fundamental. Desta forma, é necessário que haja interação direta com os fenômenos naturais e tecnológicos.

Diferentes metodologias serão utilizadas nas aulas de Ciências, articulando os conteúdos estruturantes com específicos, através de questionamentos, buscando a formação dos estudantes, como cidadãos, que possam exercer influência sobre o uso consciente do meio ambiente e da tecnologia, visando proporcionar benefícios para toda a sociedade, como:

- Aulas expositivas, questionando e explicando os conteúdos estruturantes e específicos.
- Pesquisa em grupo e individual, utilizando jornais, revistas, fitas de vídeo, artigos, teatros, internet, portal educacional dia-a-dia e desenhos.
- Construção de experimentos e maquetes embasadas em pesquisas visando o

projeto com Ciência com exposição e apresentação.

- Aula prática no pátio da escola para a observação do ecossistema.
- Aula prática em laboratório de Ciências.
- Pesquisa de campo orientando, incluindo visitação a locais relacionados a estudos.
- Cartazes representativos relacionados aos conteúdos.
- Uso de tecnologias educacionais.
- Observação, coleta e estudo da biodiversidade. Troca de experiências entre alunos através de conversação e questionamento.
- Palestra referente a assuntos abordados em sala de aula, com profissionais especializados.
- Relatórios de aulas experimentais;
- Apresentação de seminários

Recursos Didáticos:

TV Multimídia e vídeo, Lousa e pincel, Textos Complementares, Biblioteca e Laboratório de Informática, Laboratório física, química e biologia, livro didático, mapas conceituais.

O processo de ensino-aprendizagem pode ser melhor articulado com o uso de recursos didáticos: livro didático, textos de jornal, revistas científicas, figuras, mapas, modelos didáticos anatômicos, microscópio óptico e estereoscópico, computador, projetores multimídia, entre outros.

AVALIAÇÃO

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação da disciplina de ciências utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) Na disciplina de Ciência entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada,

adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

Na disciplina de ciências será utilizada técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova discursiva-dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).

- **portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

-

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

-

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela **somatória** da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada **bimestre**:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por **bimestre**. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

Da **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Sendo assim, compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, **a nota deverá ser substitutiva**, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos. A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **trimestre/bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO) ou Livro de registro de classe (LRC)**.

A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação**. Instrução Normativa nº 15/2017

SUED/SEED. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. 14.09.2017. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Caderno de Expectativas de Aprendizagem. Curitiba: SEED/DEB, 2012.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Pública Estadual do Paraná. Ciências. Curitiba: SEED/DEB, 2008.

4. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

JUSTIFICATIVA

A Educação Física teve início no Brasil com suas práticas corporais orientadas pelo modelo Europeu, sob a égide de conhecimentos médicos e da instrução física militar. A então denominada ginástica, surgiu principalmente, a partir de uma preocupação com o desenvolvimento da saúde e a formação moral dos cidadãos brasileiros.

Esse modelo de prática corporal pautava-se em prescrições de exercícios visando o aprimoramento de capacidades e habilidades físicas como a força, a destreza, a agilidade e a resistência, além de visar a formação do caráter, da autodisciplina, de hábitos higiênicos, do respeito à hierarquia e do sentimento patriótico.

Analizando as abordagens teóricas que sustentaram historicamente as teorizações em Educação Física Escolar no Brasil, desde as mais reacionárias até as mais críticas, opta-se segundo as Diretrizes Curriculares por interrogar a hegemonia que entende esta disciplina tão-somente como treinamento do corpo, sem nenhuma reflexão sobre o fazer corporal. Mas o estado do Paraná, dentro de um projeto mais amplo, entende a escola como um espaço que, dentre outras funções, deve garantir o acesso aos alunos ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade.

Nesse sentido, partindo de seu **objeto de estudo e de ensino**, “**Cultura Corporal**”, a Educação Física se insere nesse projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e a reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como um sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural.

A educação física enquanto ciência tem no corpo em movimento as suas diferentes formas de manifestações, entendendo desta forma que o movimento humano, é a expressão objetivada da consciência corporal, formada pelo conjunto das relações que compõem uma determinada sociedade e dos saberes sistematizados pela classe dominante sobre essa consciência corporal.

Portanto, é necessário como ponto de partida, a concepção do corpo que a sociedade tem produzido historicamente, levando os alunos a se situarem na contemporaneidade, dialogando com o passado e visando o conhecimento do seu corpo

como forma de expressão corporal, considerando o tipo de sociedade onde este saber é produzido, proporcionando-lhes condições de análise e reflexão para a reelaboração do seu saber e conseqüentemente a reelaboração da consciência e cultura corporal.

Segundo a DCE (2008, p. 50-51), deve-se trabalhar em interlocução com outras disciplinas que permitem entender a Cultura Corporal em sua complexidade, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas pelas ciências humanas, sociais, saúde e da natureza. A Educação Física é parte do projeto geral de escolarização e tem seu objeto de estudo e ensino próprios e trata de conhecimentos relevantes na escola, as aulas de Educação Física não são apêndices das demais disciplinas e atividade escolares, muito menos, um momento subordinado e compensatório para as durezas das aulas em sala. Se a atuação do professor efetiva-se na quadra ou em outros lugares do ambiente escolar e em diferentes tempos pedagógicos, seu compromisso, e como os de todos os professores é com o projeto de escolarização, sempre em favor da formação humana.

É preciso compreender a Educação Física sob um contexto mais amplo e entender que ela é composta por interações que se estabelecem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos. A ação pedagógica da Educação Física deve estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal por meio dos conteúdos estruturantes: esportes, jogos e brincadeiras, danças, lutas e ginásticas.

A disciplina de educação física, como parte integrante do processo educacional, tem o compromisso de estar articulada com o Projeto Político Pedagógico da Escola e comprometida com uma transformação social que perpassa os limites do mesmo. A disciplina tem o compromisso de desenvolver um projeto educativo que amplie a visão do aluno sobre a cultura corporal, as noções de corporalidade e a humanização das relações sociais substituindo o individualismo pela coletividade e pela solidariedade, enfatizando a cooperação e a liberdade de expressão dos movimentos, negando a dominação e submissão do homem pelo homem. A Educação Física tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, ter autonomia sobre ele e adquirir uma expressividade corporal consciente, reconhecendo e respeitando os limites e limitações físicas de si próprio e dos outros.

A prática de atividades no cotidiano escolar desperta o aluno para compreender a cidadania como participação social, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e

respeito ao próximo, prezando por hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e assumindo uma atitude cooperativa e solidária no âmbito escolar.

Os Elementos articuladores dos conteúdos estruturantes para a educação básica de acordo com as DCEs, 2008, p.53-61, vêm romper a maneira tradicional como os conteúdos têm sido tratados na Educação Física, é necessário integrar e interligar as práticas corporais de forma mais reflexiva e contextualizada por meio dos elementos articuladores, eles não podem ser entendidos como conteúdos paralelos e nem serem trabalhados apenas teoricamente (de maneira isolada), mas como articuladores de conteúdos podem transformar o ensino da Educação Física na escola. Os elementos articuladores alargam a compreensão das práticas corporais indicam múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar. São fins e meio do processo de ensino/aprendizagem, pois deve transitar pelos conteúdos estruturantes e específicos de modo a articulá-los o tempo todo.

Os elementos articuladores dos conteúdos estruturantes conforme estabelece as DCEs para a Educação Básica/ Educação Física são:

- a- Cultura Corporal e Corpo;
- b- Cultura Corporal e Ludicidade;
- c- Cultura Corporal e Saúde;
- d- Cultura Corporal e Mundo do Trabalho;
- e- Cultura Corporal e Desportivização;
- f- Cultura Corporal – Técnica e Tática;
- g- Cultura Corporal e Lazer;
- h- Cultura Corporal e Diversidade;
- i- Cultura Corporal e Mídia.

Os objetivos da educação física escolar contemplam o desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo, que podem assumir diferentes relações nos conteúdos, conforme a faixa etária dos alunos. Portanto, espera-se que os alunos por meio da Educação Física Escolar, possam conhecer, melhorar, adquirir, ampliar e ter acesso a alguns componentes essenciais da Educação Física Escolar; são eles:

- Adquirir conhecimento de como melhorar a qualidade do movimento, conhecendo as informações essenciais das habilidades motoras básicas e suas combinações, para aplicá-las na organização espacial e temporal dos diferentes jogos;

- Ampliar seu repertório motor, demonstrando capacidade de executar as habilidades básicas de locomoção, manipulação, estabilização e suas combinações;
- Adquirir conhecimentos acerca das dimensões biológicas, comportamentais e socioculturais do movimento, suas implicações e os aspectos conceituais inerentes a ela;
- Ter acesso à cultura do movimento, conhecendo a história, as regras e as curiosidades sobre jogos, esportes, atividades rítmicas e expressivas, ginástica e lutas.

CONTEÚDOS

Serição	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
6º ano	Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Coletivos - Individuais
	Jogos e Brincadeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos e brincadeiras populares. - Brincadeiras e cantigas de roda. - Jogos de tabuleiro. - Jogos Cooperativos
	Dança	<ul style="list-style-type: none"> - Danças folclóricas. - Danças de rua. - Danças Criativas
	Ginástica	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica rítmica - Ginástica Circense - Ginástica Geral
	Lutas	<ul style="list-style-type: none"> - Lutas de aproximação. - Capoeira

7º ano	Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Coletivos. - Individuais
	Jogos e Brincadeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos e brincadeiras populares. - Brincadeiras e cantigas de roda. - Jogos de tabuleiro. - Jogos cooperativos
	Dança	<ul style="list-style-type: none"> - Danças folclóricas. - Danças de rua. - Danças criativas. - Danças circulares
	Ginástica	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica rítmica - Ginástica Circense. - Ginástica geral
	Lutas	<ul style="list-style-type: none"> - Lutas de aproximação - Capoeira
8º ano	-Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Coletivos - Radicais
	Jogos e brincadeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos e brincadeiras populares - Jogos de tabuleiros - Jogos dramáticos - Jogos cooperativos
	Dança	<ul style="list-style-type: none"> - Danças criativas - Danças circulares
	Ginástica	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica rítmica - Ginástica circense

	<p>-----</p> <p>Lutas</p> <p>-----</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica geral ----- - Lutas com instrumento mediador - Capoeira
9º ano	<p>Esporte</p> <p>-----</p> <p>Jogos e brincadeiras</p> <p>-----</p> <p>Dança</p> <p>-----</p> <p>Ginástica</p> <p>-----</p> <p>Lutas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Coletivos - Radicais ----- - Jogos de tabuleiro - Jogos dramáticos - Jogos cooperativos ----- - Danças criativas - Danças circulares ----- - Ginástica rítmica - Ginástica geral ----- - Lutas com instrumento Mediador. - Capoeira
Ensino Médio	<p>Esporte</p> <p>-----</p> <p>Jogos e brincadeiras</p> <p>-----</p> <p>Dança</p> <p>-----</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Coletivos - Individuais - Radicais ----- - Jogos de tabuleiro - Jogos dramáticos - Jogos cooperativos ----- - Danças folclóricas - Danças de salão - Danças de rua -----
1º, 2º e 3º anos	<p>-----</p>	<p>-----</p>

	Ginástica	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica artística/olímpica - Ginástica de condicionamento físico - Ginástica geral
	Lutas	<ul style="list-style-type: none"> - Lutas com aproximação - Lutas que mantêm a distância - Lutas com instrumento Mediador - Capoeira

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

Os desafios educacionais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. Para a disciplina de Educação Física os desafios que podem e devem ser trabalhados são: História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Leis nº 11.645/08 e 10.639/03); Música (Lei nº 11.769/08); Educação Fiscal/Educação tributária - (Decreto Estadual nº 1143/1999, Portaria 413/02 – PR); Enfrentamento a violência contra criança e o adolescente. Direito das Crianças e Adolescente (L.F. nº11525/07, Portaria nº413/02), Educação Ambiental (L.F. nº 9795/99; Dec. nº 4201/02), dentre outras.

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão dessa intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos e técnicas de ensino devem propiciar oportunidades para que o educando perceba, compare, selecione, classifique, defina, critique, isto é, que elabore

por si os frutos da sua aprendizagem

Os métodos e técnicas de ensino são os instrumentos com que se efetiva o ensino e se realiza a aprendizagem. São os instrumentos de ação da didática, a fim de levar o educando a alcançar os objetivos do ensino.

A Educação Física deve ser trabalhada com atividades variadas que permitam entender o conteúdo curricular e o corpo em sua complexidade, ou seja, sob uma abordagem biológica, antropológica, sociológica, psicológica, filosófica e política, justamente por sua constituição interdisciplinar.

Desta forma, os conteúdos serão desenvolvidos por meio de aulas teóricas que compreendem a assimilação e entendimento da expressão corporal ou da dinâmica de jogo, suas regras e suas especificidades e de aulas práticas para que o aluno consiga demonstrar a compreensão e execução por meio da expressividade corporal e de gestos motores apropriados para determinada prática esportiva. Para tanto, os conteúdos serão ministrados observando:

- **Aulas teóricas - serão desenvolvidas por meio de:**

exposição oral, pesquisas bibliográficas, pesquisas on-line, apresentação de seminários, grupo de discussões.

- **Aulas práticas – serão desenvolvidas por meio de:**

Explicações, orientações, demonstrações, correções de gestos motores e técnicos, jogos cooperativos, jogos pré-desportivos, jogos desportivos, participação em eventos esportivos internos e externos à escola.

Para contextualizar as práticas corporais sem preconceito e sem discriminação étnico-raciais, o professor deve respeitar as diferenças culturais e sociais do educando, proporcionando uma educação igualitária e democrática.

As aulas serão ministradas com utilização de recursos didáticos tecnológicos, tais como: Aparelho de multimídia, aparelho de som, rádio, DVD. CD-ROM, slides, quadro de giz, lousa digital, quadro branco, canetões, apagador, giz, laboratório de informática, computadores, notebook, televisão, fitas em DVD, filmadora, máquina fotográfica digital, programas para computadores com som, gravador, acervo bibliotecário, sala de leitura, sala ambiente, quadra de esportes e demais espaços a fim.

AValiação

Segundo a instrução 015/2017 SUEd/SEED, o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino enfatiza que a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa.

De acordo com as especificidades da disciplina de educação física, a avaliação está vinculada ao projeto Político Pedagógico da escola, com critérios estabelecidos de forma clara a fim de priorizar a qualidade do ensino.

A avaliação é um processo diagnóstico, contínuo, cumulativo e processual com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando suas características individuais em relação ao conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) professor(a) estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do(a) estudante em diferentes situações de aprendizagem visando a aquisição de novos conhecimentos, atitudes e habilidades. O processo avaliativo deverá operacionalizar-se na aferição da capacidade do aluno expressar-se pela linguagem escrita e falada, sobre a sistematização dos conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento e da sua capacidade de movimentar-se nas formas elaboradas por essa cultura.

A avaliação do aproveitamento escolar utilizará técnicas e instrumentos diversificados e deverá incidir sobre o desempenho do(a) estudante em diferentes situações de aprendizagem.

Conforme as Diretrizes Curriculares de Educação Física, **os critérios** para a avaliação devem refletir uma expectativa, um padrão de desempenho estabelecido a partir dos objetivos e conteúdos propostos, considerando o envolvimento e comprometimento dos alunos no processo pedagógico, são eles: assimilação e compreensão dos conteúdos propostos, resolução de problemas teóricos e práticos, identificação, comparação e execução de tarefas, conhecer e diferenciar as regras básicas das modalidades esportivas, apropriação dos conhecimentos trabalhados, reconhecer as características e especificidades de cada atividade ou modalidade esportiva, assiduidade e responsabilidade no cumprimento de horário, prazos e tarefas.

Para dimensionar a avaliação, serão utilizados **instrumentos avaliativos** que passam a ser os recursos utilizados pelo professor para a coleta e análise de dados no processo ensino-aprendizagem, visando promover a aprendizagem dos alunos, são eles: avaliações teóricas e práticas, apresentação de trabalhos ou seminários, pesquisas bibliográficas e online, trabalhos individualizados ou em grupo, grupo de discussões, grupos de estudo, debates, elaboração de cartazes, folders, banners, portfólios, realização de tarefas escolares, participação em festivais, gincanas, eventos esportivos internos e externos à escola.

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso

Os Componentes Curriculares Eletivos (escolhidos pelos estudantes das escolas ETI) do Ensino Fundamental, anos finais e do Ensino Médio seguirão as determinações da instrução 015/2017 SUED/SEED contemplando suas especificidades quanto aos instrumentos, uma vez que não terão aferição de notas, apenas neste caso.

As Atividades dos Programas de Ampliação de Jornada, por serem optativas e com organização flexível para formação de turmas, não necessitam ser submetidas ao mesmo processo de avaliação das disciplinas da Matriz Curricular quanto ao registro de notas. Contudo, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, deverá ser realizado e registrado por meio de portfólio e/ou outros instrumentos.

Conforme o Caderno de Expectativas de Aprendizagem (SEED, 2012) em relação aos Conteúdos Estruturantes da disciplina de Educação Física, espera-se que:

ESPORTE: que o aluno conheça a origem dos diferentes esportes; o surgimento de cada um com suas diferentes regras; experimente diferentes esportes com regras adaptadas; reconheça e aprimore os fundamentos básicos dos diferentes esportes; entenda que as práticas esportivas podem ser vivenciadas no tempo/espço de lazer, como esporte de rendimento ou como aptidão física ou saúde; compreenda a influência da mídia no desenvolvimento dos diferentes esportes; vivencie atividades esportivas, trabalhando com arbitragens e súmulas.

JOGOS E BRINCADEIRAS: conheça o contexto histórico em que foram criados os diferentes jogos, brinquedos e brincadeiras, bem como experimentar e vivenciar, ou seja, apropriar-se efetivamente das diferentes formas de jogar; reconheça as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da construção de brinquedos com materiais alternativos; difunda os jogos e brincadeiras populares e tradicionais no contexto cultural brasileiro; desenvolva atividades coletivas a partir de diferentes jogos conhecidos, adaptados ou criados, sejam eles cooperativos, competitivos ou de tabuleiro.

DANÇA: conheça os diferentes ritmos, passos, posturas, conduções, formas de deslocamentos, entre outros elementos que identificam as diferentes danças; reconheça as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da construção de instrumentos musicais, por exemplo, o pandeiro, o chocalho e o berimbau; vivencie as diferentes manifestações rítmicas e expressivas por meio da criação e adaptação de coreografias.

GINÁSTICA: conheça os aspectos históricos da ginástica; experimente as habilidades básicas fundamentais como saltar, equilibrar, rolar, girar, trepar; reconheça as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da utilização de materiais alternativos.

LUTAS: conheça os aspectos históricos e filosóficos das lutas, diferentes ritmos, golpes, posturas, forma de deslocamentos; reconheça as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir de diferentes materiais alternativos e dos jogos de oposição.

Sistema de avaliação da instituição

Os resultados das atividades avaliativas serão analisados no decorrer do período letivo (**bimestre**), observando os avanços e as necessidades detectadas, para estabelecer novas ações pedagógicas.

A avaliação da aprendizagem será expressa por nota, registradas em uma escala de 0,0 (zero, vírgula, zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas,

seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por bimestre, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no Registro de Classe Online (RCO).

Recuperação de Estudos

Da **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

A recuperação de estudos é um direito de todos os alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, e dar-se-á de forma contínua, diagnóstica, processual e paralela ao processo ensino aprendizagem durante o período

letivo, em caráter obrigatório pela instituição de ensino, com o intuito de reforçar a aprendizagem, por meio da retomada dos conteúdos significativos, com utilização de procedimentos didáticos metodológicos diversificados, que venham de encontro às necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica da Rede Estadual de Educação do Paraná.** Educação Física. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Caderno de expectativas de aprendizagem.** Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da educação. **Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED.** Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

5. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

JUSTIFICATIVA

A diretriz curricular de Ensino Religioso, que ampara esta proposta pedagógica curricular, focaliza a necessidade de dar ao aluno condições de superar o preconceito religioso, bem como entender como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado. Para isso, a disciplina de Ensino Religioso deve superar qualquer forma de apologia ou imposição de caráter doutrinário para construir e consolidar o respeito à diversidade cultural e religiosa.

As religiões surgem da necessidade de explicar a origem do universo, o mistério da morte, a relação homem e natureza, logo o transcendental, o sagrado e o profano, a matéria e o espírito, o natural e o sobrenatural. E, essas ambiguidades possuem interpretações diversas, gerando a pluralidade das confissões religiosas, tornando a religião um fator cultural importante na construção da identidade humana, criando uma dimensão de interesses para o estudo das religiões e do sagrado, mostrando a necessidade de se constar como disciplina na Educação Básica.

De acordo com a DCE (2008) após amplo debate e estudo foi definido como objeto de estudo do Ensino Religioso, o Sagrado. No entanto, há de se observar que, em um contexto de educação laica e republicana, a interpretação do Sagrado deve ser compreendida de forma racional, resultado de representações construídas historicamente por diversas culturas, tradições religiosas e filosóficas.

Observando a etimologia do objeto de estudo, o Sagrado significa o ato de sagrar, algo venerável, puro, que serve de apoio, ligado ao campo religioso, a experiência religiosa, etc. Diante desta compreensão, o Sagrado deve ser estudado e problematizado racionalmente para ser compreendido em sua especificidade enquanto fenômeno religioso nas diferentes matizes religiosas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de

aula. Para a disciplina do Ensino Religioso, três são os Conteúdos Estruturantes: Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso e Texto Sagrado.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
Paisagem Religiosa Universo Simbólico Religioso Texto Sagrado	6º Ano <ul style="list-style-type: none"> ● Organizações Religiosas ● Lugares Sagrados ● Textos Sagrados orais ou escritos ● Símbolos Religiosos
	7º Ano <ul style="list-style-type: none"> ● Temporalidade Sagrada ● Festas Religiosas ● Ritos ● Vida e Morte

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Sugestão de conteúdo para a disciplina:

PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA
PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING
 Lei Federal nº 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental.
 Lei Estadual nº 17.505/13 - Política Estadual de Educação Ambiental.
 Lei Federal nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso.
 Lei Estadual nº 17.858/13 - Política de Proteção ao Idoso.

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão dessa intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

O trabalho na disciplina de Ensino Religioso pressupõe um constante repensar das ações que subsidiam esse proposta curricular, que leve a novos métodos de investigação, análise e ensino, pensando na superação dos métodos tradicionais, buscando uma aula dialogada, partindo da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios, e em seguida os conteúdos programados.

O encaminhamento teórico-metodológico na disciplina pressupõe um constante repensar das ações que subsidiarão o trabalho, focando sempre o respeito às diversas manifestações religiosas, com o objetivo de ampliar e valorizar o universo cultural dos alunos. Para tanto, é fundamental aproximar a disciplina com as demais áreas do conhecimento e contemplar:

Um processo de ensino e de aprendizagem que estimule a construção do conhecimento pelo debate, pela apresentação da hipótese divergente, da dúvida – real e metódica -, do confronto de ideias, de informações discordantes e, ainda, da exposição competente de conteúdos formalizados. Opõe-se, portanto, um modelo educacional que centra o ensino tão somente na transmissão dos conteúdos pelo professor, o que reduz as possibilidades de participação do aluno e não atende a diversidade cultural e religiosa (DCE, 2008, p.178).

Todo conteúdo trabalhado nas aulas de Ensino Religioso tem como intencionalidade contribuir para a superação do preconceito à ausência ou à presença de qualquer crença religiosa, bem como a discriminação de qualquer expressão do Sagrado, para isso torna-se fundamental colocar o educando em contato com a diversidade cultural religiosa, buscando compreender cada uma delas no contexto dos diferentes povos e/ou grupos, objetivando evidenciar a multiplicidade de aspectos que se relacionam ao Sagrado, dependendo das tradições culturais. Relacionar o estudo do Sagrado no tempo histórico e no espaço-lugar, contribui para o entendimento de que as manifestações do Sagrado assumem diferentes significações e, para isso,

Faz-se necessário abordar cada expressão do Sagrado do ponto de vista laico, não religioso. Assim, o professor estabelecerá uma relação pedagógica frente ao universo das manifestações religiosas, tomando-o como construção histórico-social e patrimônio cultural da humanidade (DCE, 2008, p.198).

Nesse contexto as aulas serão encaminhadas por intermédio da leitura de textos escritos e/ou imagéticos, análise de recortes de filmes, documentários; reflexão com os alunos dos princípios significativos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; pesquisa das tradições religiosas dos alunos; reflexão a partir de textos e letras de músicas sobre o conceito do Sagrado e profano; depoimentos, discussões e produção de textos individuais e em grupos; visitas externas guiadas, leituras de textos clássicos teóricos, literários, jornalísticos; entre outros.

Outros encaminhamentos utilizados são o da pesquisa individual e/ou em grupo, as aulas dialogadas, a partir da experiência religiosa do aluno e dos seus conhecimentos prévios para, em seguida, apresentar o conteúdo a ser trabalhado. Para dar suporte aos encaminhamentos pedagógicos, a instituição escolar disponibiliza determinados recursos, dentre eles, o laboratório de informática, materiais impressos sobre conhecimentos que compõem o conteúdo programático, o material disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Educação e do NRE, a TV pendrive, além de materiais e/ou jogos e atividades disponíveis on-line.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, deve ser mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Diferentemente das outras disciplinas do currículo escolar, o Ensino Religioso não se constitui objeto de reprovação, no entanto, é importante observar o que se propõe a DCE, 2008, p. 68,

Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, recomenda-se que o professor registre o processo avaliativo por meio de instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina.

Desta maneira, ao considerar a avaliação na disciplina do Ensino Religioso, deve-se considerar a DCE bem como a LDB que preconizam a chamada avaliação formativa,

contínua, cumulativa e diagnóstica, termos utilizados para referir-se a um ponto de vista mais adequado ao cotidiano da sala de aula, em oposição à avaliação somativa e classificatória. Por ser contínua e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo.

Instrumentos e pesos: Avaliações com questões abertas e discursivas e questões fechadas de alternativas de modo a haver um equilíbrio entre elas. Instrumentos diversificados, tais como produções de texto, mostras, apresentações, debates, dramatizações, entre outras possibilidades.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo **vetado** submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. Entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade;

- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório;

- **Debates:** (seminários e simpósios);

- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;

- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas);

- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.

- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

- Quanto a recuperação de estudos compreende-se que esta **é composta de dois momentos obrigatórios:** a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

- **A Instrução 015/2017** ainda esclarece, quanto ao aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, dentre os quais destacamos o item 2.4, onde se lê que:

(...) compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos.

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

Avaliação para Ensino Religioso

A disciplina de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, contemplando suas especificidades quanto aos instrumentos, uma vez que não terão aferição de notas, no entanto, suas frequências deverão ser consideradas no cômputo geral mínimo de 75% para a aprovação. Um dos instrumentos de avaliação muito utilizado na disciplina é o uso de portfólio.

Sistema de avaliação da Instituição .

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada

docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

REFERÊNCIAS:

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação**. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Ensino Religioso**. Curitiba, 2012.

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

JUSTIFICATIVA

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica,

Um dos objetivos do Ensino Médio é a formação pluridimensional e democrática, capaz de oferecer aos estudantes a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo, suas múltiplas particularidades e especializações. Nesse mundo, que se manifesta quase sempre de forma fragmentada, o estudante não pode prescindir de um saber que opere por questionamentos, conceitos e categorias e que busque articular o espaço-temporal e sócio-histórico em que se dá o pensamento e a experiência humana” (DCE, 2008, p.49).

Nesta perspectiva, o objeto da filosofia é a investigação de problemas filosóficos, frutos da história da filosofia, com seus vários conceitos, que são criados e ressignificados, gerando discussões promissoras e criativas que podem desencadear ações transformadoras, individuais e coletivas, nos sujeitos do fazer filosófico. O saber filosófico opera por questionamentos, conceitos e categorias de pensamento que buscam articular a totalidade espaço-temporal e sócio-histórico em que se dá o pensamento e a experiência humana, possibilitando assim, reflexões e produção de novos conceitos, partindo da relação dialógica professor-alunos.

Desta forma, o pensamento filosófico deve formular questões sobre a significação, sobre a estrutura, sobre as relações e sobre a origem de um objeto, de um valor, de uma ideia, entre outros possíveis elementos. Com relação ao pensamento, a reflexão pode se dar a partir do questionamento dos motivos e razões; do conteúdo e do sentido; da intenção e da finalidade do pensamento e das ações, como um campo de possibilidades.

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula. Assim, os conteúdos estruturantes da disciplina de Filosofia, “estimulam o trabalho da mediação intelectual, o pensar, a busca da profundidade dos conceitos e das suas relações históricas, em oposição ao caráter imediatista que assedia e permeia a experiência do conhecimento e as ações dela resultantes” (DCE, 2008, p. 54).

Assim, os conteúdos ao estudante do Ensino Médio deverão ser garantidos, relevantes e significativos. Segundo a DCE: Mito e Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Filosofia Política, Estética e Filosofia da Ciência estão presentes em todos os períodos da história da filosofia, no antigo, no medieval, no moderno e no contemporâneo. O desmembramento deles num plano de ensino é o ponto de partida para que a atividade filosófica realize interfaces com outros conteúdos da filosofia, como a Lógica e a Ontologia que são elementos que perpassam todos os conteúdos estruturantes.

Nesse contexto, os conteúdos estruturantes devem ser trabalhados na perspectiva dos estudantes, de fazê-los pensar problemas com significado histórico e social, estudados e analisados com textos filosóficos que lhes forneçam subsídios para que possam pensar e articular o problema do mundo real concreto com as respostas e formulações da história da filosofia e que nesse processo crie e recrie para si conceitos filosóficos. “Os conteúdos estruturantes não devem ser entendidos isoladamente, de modo estanque, sem comunicação. Eles são dimensões da realidade que dialogam entre si, com as ciências, com a arte, com a história, com a cultura: enfim, com as demais disciplinas.” (DCE, 2008, p. 55).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Se pensarmos a sociedade contemporânea a partir de um ideal de humanidade, exigiríamos primeiramente cidadãos com formação cultural sólida, com capacidade de dominar conceitos e desenvolver um pensamento abstrato e crítico com intenção de atingir uma autonomia e independência perante ao mundo que os cerca. A atual sociedade exige um novo perfil de homens e profissionais fundamentalmente flexíveis e polivalentes. É imprescindível o desenvolvimento do raciocínio lógico e da reflexão na medida em que necessitam de uma capacidade e iniciativa de aprendizagem constante. Nesse aspecto, a filosofia contribui enquanto instrumento de apropriação de conhecimento e formação de sujeitos pensantes e atuantes na sociedade.

Objetivos específicos

- Compreender a filosofia como condição primeira, como essência, como princípio

conhecimento. Analisar a especificidade do conhecimento filosófico, assimilando-o com a prática social;

- Compreender que a reflexão filosófica pode ser alcançada com base no domínio um referencial teórico e visão de conjunto;
- Compreender a importância da Filosofia para a formação integral do cidadão, (criando conceitos) identificando as questões cruciais do mundo contemporâneo, valendo-se da problematização de situações reais;
- Compreender as diversas características do pensamento filosófico;
- Compreender os conceitos básicos em relação à História da Filosofia;
- Compreender as questões cruciais de natureza política na contemporaneidade, fundamentando-a em análise histórica;
- Compreender como as principais estruturas e dimensões da produção humana são desenvolvidas por meio da ciência;
- Compreender os principais elementos do pensamento sobre a ética na contemporaneidade. Compreender as principais expressões relativas à construção do conhecimento por meio da arte.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

*** MITO E FILOSOFIA:**

- Saber mítico;
- Saber filosófico;
- Relação Mito e Filosofia;
- Atualidade do Mito;
- O que é Filosofia?

*** TEORIA DO CONHECIMENTO:**

- Possibilidade do conhecimento
- As formas de conhecimento
- O problema da verdade
- A questão do método
- Conhecimento e lógica.

*** ÉTICA:**

- Ética e Moral;
- Pluralidade Ética;
- Ética e violência;
- Razão desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.

*** FILOSOFIA POLÍTICA:**

- Relações entre comunidade e poder;
- Liberdade e igualdade política;
- Política e ideologia;
- Esfera pública e privada;

- Cidadania formal e/ou participativa.

*** FILOSOFIA DA CIÊNCIA:**

- * Concepções de Ciência;
- * A questão do método científico;
- * Contribuições e limites da ciência;
- * Ciência e ideologia;
- * Ciência e ética.

*** ESTÉTICA:**

- Natureza da arte;
- Filosofia e arte
- Categorias Estéticas - feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto...
- Estética e sociedade.

→ **DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS/ LEGISLAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

A disciplina de Filosofia poderá trabalhar com várias temáticas desafiadoras, uma vez que nossos conteúdos básicos possibilitam permear estes desafios nos diversos conteúdos e séries/anos. Importante salientar que muitos destes desafios são expressões de lutas históricas e demandas existentes na sociedade, as quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados como parte do currículo sempre que o conteúdo "chamar" fazendo parte da totalidade de um conteúdo.

Lei Federal nº 10.639/03 - História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei Federal nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Lei Federal nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso.

Lei Estadual nº 17.858/13 - Política de Proteção ao Idoso.

Lei Federal nº 11.343/06 - Prevenção ao uso indevido de drogas.

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão dessa intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

O trabalho com os conteúdos estruturantes da Filosofia, conteúdos básicos e seus conteúdos específicos se dará em quatro momentos: a sensibilização, a problematização, a investigação e a criação de conceitos.

De acordo com a Proposta Curricular,

O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante – as ciências, arte, história, cultura - a fim de problematizar e investigar os conteúdos estruturantes e básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência os textos filosóficos clássicos e seus comentadores (DCE, 2008. p. 67).

Para a mobilização do conhecimento, o ensino da Filosofia pode começar, por exemplo, pela exibição de um filme ou de uma imagem, da leitura de um texto jornalístico ou literário ou da audição de uma música. De acordo com as Diretrizes de Filosofia (2008) são inúmeras as possibilidades de atividades conduzidas pelo professor para instigar e motivar possíveis relações entre o cotidiano do estudante e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido.

Desta forma, o desdobramento e os encaminhamentos do ensino de filosofia poderá ser desenvolvido mediante o uso de recursos físicos e de estratégias tais como: exibição de filme ou de imagem, da leitura de um texto jornalístico ou literário; da audição de uma música, de aulas expositivas dialógica com o objetivo de instigar e motivar possíveis relações entre o cotidiano do estudante e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido.

Recorrendo a textos da história da filosofia e aos clássicos, o estudante defronta-se com diferentes maneiras de enfrentar o problema e com as possíveis soluções já elaboradas, embora não solucione o problema, orientam a discussão, possibilitando assim, a criação de alguns referenciais pautados na teoria filosófica. Assim, o ensino de Filosofia privilegiará o diálogo com a vida, cuja busca de resolução do problema tenha a preocupação também com a análise da atualidade, com uma abordagem contemporânea que remeta o estudante a sua própria realidade, enfim, territorializando tais conceitos.

Tendo em vista a abordagem metodológica da disciplina na prática de ensino em sala de aula podem ser usados os seguintes recursos didático-pedagógicos e tecnológicos: livros clássicos da filosofia, livro didático público, TV pendrive, laboratório de informática para fins de pesquisa, quadro negro, vídeo e áudio, aparelho de multimídia.

A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo, e “ao final desse processo, o estudante, via de regra, encontrar-se-á apto a elaborar um texto, no qual terá condições de discutir, comparar e socializar ideias e conceitos”. (DCE, 2008, p. 60).

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Desta maneira, a DCE bem como a LDB preconizam a chamada avaliação formativa, contínua, cumulativa e diagnóstica, termos utilizados para referir-se a um ponto de vista mais adequado ao cotidiano da sala de aula, em oposição à avaliação somativa e classificatória.

Por ser contínua e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Diante disso, e sob a recomendação da DCE (2008, p. 68 a), e do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, a avaliação em Filosofia deverá observar que:

Os processos avaliativos devem ser pensados de acordo com o projeto de homem e da sociedade que desejamos, alicerçados em um arcabouço teórico que dê sua fundamentação científica. Neste sentido, o papel do professor é muito importante no processo da avaliação. Ele precisa observar seus alunos, “realizar um diagnóstico permanente”, ter uma postura reflexiva, capacidade de observar, de regular, de inovar, de aprender com os outros, com os alunos, com a experiência, enfim, estabelecer sempre por princípio, a relação dialógica. Portanto, como já exposto acima, será diagnóstica, contínua e permanente, para interpretar qualitativamente o conhecimento construído pelos alunos cujos resultados servirão de parâmetro para análise, reflexão e aperfeiçoamento, subsidiando o docente na sua prática, na criação de novos instrumentos de trabalho, na retomada de aspectos que devem ser revistas, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou do grupo, num processo dinâmico. E para o educando deve ser o instrumento para tomada de reflexão de suas conquistas, das dificuldades, das possibilidades para reorganizar seus procedimentos no ato de aprender e criar novos referenciais.

Instrumentos e pesos: Avaliações com questões abertas e discursivas e questões

fechadas de alternativas de modo a haver um equilíbrio entre elas. Instrumentos diversificados, tais como produções de textos, mostras, apresentações, seminários, debates, dramatizações, entre outras possibilidades.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem

estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova discursiva-dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

Quanto a recuperação de estudos compreende-se que esta **é composta de dois momentos obrigatórios:** a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Da **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, **a nota deverá ser substitutiva**, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos. A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela **somatória** da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada **bimestre**:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por **bimestre**. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**.

A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as)

estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

REFERÊNCIAS

KOHAN; WAKSMAN. Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil. In: FÁVERO, A; KOHAN, W.O.; RAUBER, J.J. **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: Ed. da UNUJUÍ, 2002.

LANGON, M. Filosofia do ensino de filosofia. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.) **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEOPOLDO E SILVA, F. **Por que a Filosofia no segundo grau**. Revista Estudos Avançados, v.6, n. 14, 1992.

MARX, K. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Departamento de Educação Básica. Filosofia**. Curitiba: SEED, 2007. (Livro didático público)

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular para o ensino de filosofia no 2.º grau**. Curitiba, 1994.

PARANÁ, Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. **Textos SEAF**, Curitiba, V. 2, n.3, 1981.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica**. Curitiba: 2008.

SEED. Diretrizes Curriculares: **Da Educação do Ensino Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná- Ensino Médio. Caderno de Expectativa de Aprendizagem**. SEED - Secretaria do Estado de Educação-Pr, 2012.

7. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

JUSTIFICATIVA

A partir da matriz disciplinar exposta na DCE, segundo Menezes:

Associar as leis de conservação com as propriedades do espaço e do tempo, cogitar sobre diferentes ordens que emergem e se transformam no domínio da vida e das máquinas, compreender as qualidades dos materiais em sua intimidade quântica, acompanhar o quase mítico surgimento das forças da natureza e a evolução do universo são atividades tão prazerosas que deveriam ser tomadas como direito universal.

A importância desse conhecimento (...) sua relevância histórica e filosófica justifica aceitar o desafio de partilhar, com mais gente e com menos álgebra, a emoção dos debates, a força dos princípios e a beleza dos conceitos científicos.

Com essas palavras, o autor nos dá o tom a ser desenvolvido no ensino de Física. Essa ciência nos permite elaborar modelos de evolução cósmica e investigar os mistérios do mundo, bem como, desenvolver novas fontes de energia e criar novos materiais, produtos e tecnologias, desta forma, espera-se que o ensino de Física na escola média contribua para a formação de uma cultura científica efetiva e que permita uma compreensão do processo histórico e cultural como um todo. Sendo assim, visa propiciar conhecimentos que promovam a articulação de toda uma visão de mundo e do universo em sua evolução, suas transformações e as interações que nele ocorrem.

Assim, ao propiciar esses conhecimentos, o aprendizado da Física promove articulações de toda uma visão de mundo, de uma compreensão dinâmica do universo, capaz, portanto, de transcender nossos limites temporais e espaciais. Assim, ao lado de um caráter mais prático, a Física revela uma dimensão filosófica, com uma beleza e importância que não devem ser subestimadas no processo educativo.

Uma Física cujo significado o aluno possa perceber no momento em que aprende, e não em um momento posterior ao aprendizado.

A proposta busca propiciar ao aluno uma sólida educação geral voltada para uma compreensão crítica da sociedade, de modo a enfrentar as mudanças e atuar sobre elas, condição, que seria indispensável sem a aquisição do conhecimento científico: Além disso, o entendimento da relação ciência e sua aplicação à tecnologia, que evitaria a apresentação da ciência como verdade absoluta, à margem da sociedade e contribuiria para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes.

O aprendizado da Física contribui como parte de um conjunto mais amplo de

qualidades humanas, para a compreensão do mundo natural e transformado e, para o desenvolvimento de instrumentos, como sentido prático e analítico para a cidadania e a vida profissional.

A Física também contribui para a formação de uma cultura científica efetiva, permitindo ao indivíduo a interpretação de fatos, fenômenos e processos naturais, redimensionando sua relação com a natureza em transformação. O grande desafio, é que a atividade científica seja vista como atividade humana, com seus acertos, virtudes, falhas e limitações, possibilitando ao aluno desenvolver suas próprias potencialidades e habilidades para exercer seu papel na sociedade, compreender as etapas do método científico e estabelecer um diálogo com temas do cotidiano que se articulam com outras áreas do conhecimento. Portanto, o ensino da Física terá significado real quando a aprendizagem partir de ideias e fenômenos que façam parte do contexto do aluno, privilegiando a interdisciplinaridade e a visão não fragmentada da ciência, tornando-o articulado e dinâmico. Então o objetivo é estabelecer um “modelo” de representação de natureza ou de fenômeno que leve o aluno a observar os fenômenos da natureza com espírito crítico que o levem a questionar, refletir e entender o mundo que o rodeia.

Entende-se, então, que a Física deve educar para cidadania contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito crítico, capaz de admirar a beleza de produção científica ao longo da história e compreender a necessidade desta dimensão do conhecimento para o estudo e o entendimento do universo de fenômenos que o cerca. Mas que também percebam a não neutralidade de sua produção, bem como os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais desta ciência.

O objetivo é estabelecer um “modelo” de representação de natureza ou de fenômeno que leve o aluno a observar os fenômenos da natureza com espírito crítico que o levem a questionar, refletir e entender o mundo que o rodeia. O aluno deve:

Compreender as leis e teorias científicas que o levam ao conhecimento da física como ciência;

Entendendo a relação ciência-tecnologia, habilitando-o a julgar o valor da ciência e da técnica na solução de problemas do seu meio;

Interessar-se pelos estudos mais aprofundados nas suas profissões ligados à física, dando-lhe condições de prosseguir e progredir nos seus estudos e profissões.

O aluno deve entender a importância da obstrução, rigor lógico, como característica importante de física e sua aplicação nas diversas áreas do conhecimento,

relacionando a física com outras formas de expressão da cultura humana, além de investigar, organizar, solucionar e sistematizar problemas e experimentos utilizando modelos físicos e procedimentos adequados.

Por fim, dominar os princípios físicos, compreender, adicionar, diferenciar, integrar, enriquecer e aplicar os conhecimentos numa visão crítica da transformação e na ação do homem na natureza.

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula. Assim, os conteúdos estruturantes da disciplina de Física são as três grandes sínteses ocorridas no processo histórico de produção do conhecimento físico: Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo.

Conteúdo Estruturante: Movimento	
Conteúdos Básicos:	Momentum e inércia; Conservação da quantidade de movimento (momentum); Variação da quantidade de movimento = Impulso; 2ª Lei de Newton; 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio; Gravitação.
Conteúdo Estruturante: Movimento, Termodinâmica, Eletromagnetismo.	
Conteúdos Básicos:	Energia, Princípio da conservação da Energia, Trabalho e Potência.
Conteúdo Estruturante: Termodinâmica	
Conteúdos Básicos:	Lei zero da Termodinâmica, 1ª Lei da Termodinâmica, 2ª Lei da Termodinâmica.
Conteúdo Estruturante: Eletromagnetismo	
Conteúdos Básicos:	Carga, corrente elétrica, campo e ondas eletromagnéticas, Força eletromagnética, Equações de Maxwell, Lei de Gauss para eletrostática, Lei de Coulomb, Lei de Ampère, Lei de Gauss Magnética,

	Lei de Faraday, A natureza da luz e suas propriedades.
--	--

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS/ LEGISLAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Estes desafios serão trabalhados quando tiverem relação com os conteúdos da disciplina.

Sugestões:

- Movimento - Princípio da inércia e a importância do uso do cinto de segurança no trânsito - Educação para o Trânsito (Lei n.º 9.503/1997).
- Termodinâmica - Efeito estufa: implicações da atividade humana para o meio ambiente. Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999).
- Eletromagnetismo - Dignidade humana e acesso à energia elétrica. Educação em Direitos Humanos (Decreto n.º 7.037/2009).
- Eletromagnetismo - Geração de energia elétrica e impactos ambientais. Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999).

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Sugestão de conteúdo para a disciplina:

PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS
 EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão desta intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico está ancorado nos pressupostos pedagógicos da contextualização e interdisciplinaridade.

Para a implementação desta proposta, faz-se necessário à incorporação de aspectos da história da ciência, e particularmente, da Física e de forma imprescindível das atividades de laboratório. A história da ciência e da Física possibilita a compreensão da evolução dos conceitos físicos mediante estudos que contemplam aspectos sociais, políticos e culturais de uma época. Além de mostrar que a produção da ciência foi feita por pessoas comuns que foram desafiadas a compreender certos fenômenos, levando às vezes, toda uma vida.

Dentro do ensino, os termos deverão ser apresentados procurando efetivar compreensão dos conteúdos e não a memorização dos mesmos, que o professor deve estimular o aluno a perguntar e, para que isto aconteça, ao ensinar determinado conteúdo, o professor deverá relacioná-lo com situações concretas da vida do aluno. O desenvolvimento de um conceito científico deve começar com linguagem usual para o processo de ensino-aprendizagem, partindo do conhecimento prévio dos estudantes, onde se incluem as concepções alternativas ou concepções espontâneas, sobre os quais a ciência tem um conceito científico. Podemos dizer que a concepção espontânea, o estudante adquire no seu dia-a-dia, na interação com diversos objetos no seu espaço de convivência e que, na escola, se fazem presentes. Já a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, a qual necessita de metodologias específicas para trabalhado no ambiente escolar. A escola é o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido, pois dentro de um determinado conteúdo, é importante que o professor considere o que eles conhecem e, esse seja o ponto de partida para o início de uma aprendizagem que agregue significados para o professor e estudantes.

Devem ser estimuladas as atividades experimentais, pois elas despertam a curiosidades dos alunos, constituindo-se uma forma do aluno explicitar as suas ideias sobre fenômenos a ser estudado.

O professor de Física deve evitar uma excessiva abordagem matemática aos fenômenos físicos trabalhados, em detrimento, a uma abordagem conceitual, histórica, com a devida contextualização do conhecimento físico.

Para esse fim, serão realizados encaminhamentos visando o emprego de abordagem que possibilite aos estudantes a compreensão das relações ciência,

tecnologia e sociedade: exposição de conteúdos, pesquisas, montagem e exposição de cartazes, aulas práticas, vídeos, carta enigmáticas, história em quadrinho, montagem de maquetes, visitas, explanação oral, feira de ciências.

Os conteúdos serão desenvolvidos utilizando-se dos recursos tecnológicos como:

- Computador (laboratório de informática), vídeo, DVD, televisões multimídia, projetor multimídia, filmadora e máquina fotográfica para desenvolver trabalhos;

- Internet para pesquisa sobre conteúdos trabalhados, testes on-line, simuladores virtuais, debates em fóruns e atualização;

- Os programas Word, PowerPoint, Excel serão utilizados para pesquisa, trabalhos e organização de seminários, elaboração de planilhas;

- Os softwares educativos servirão para pesquisa, trabalhos, debates, testes e elaboração de aulas com uso de softwares de autoria;

Então, ao ministrar os conteúdos, o professor deverá levar em consideração as características principais dos estudantes na aprendizagem de cada turma e em casos especiais à característica individual.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Desta maneira, a DCE bem como a LDB preconizam a chamada avaliação formativa, contínua, cumulativa e diagnóstica, termos utilizados para referir-se a um ponto de vista mais adequado ao cotidiano da sala de aula, em oposição à avaliação classificatória.

Por ser contínua e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Diante disso, e sob a recomendação da DCE (2008, p. 78 a 81), e do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, a avaliação em Física deverá levar em conta:

A apropriação dos conceitos, leis e teorias que compõem o quadro teórico da

Física pelos estudantes.

Acompanhamento constante do progresso do estudante quanto à compreensão dos aspectos históricos, filosóficos e culturais, da evolução das ideias em Física e da não neutralidade da ciência.

O carácter diagnóstico da avaliação para conhecer o estudante antes de iniciar o trabalho com os conteúdos escolares.

As concepções espontâneas ou científicas apresentadas pelos estudantes.

Desta forma, a avaliação constitui-se em instrumento auxiliar a serviço da aprendizagem dos estudantes, visando o seu crescimento na sua formação.

Quanto aos critérios de avaliação em Física. Deve-se verificar:

- - A compreensão dos conceitos físicos essenciais em cada quadro de conteúdos;
- - A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;
- - A compreensão dos conceitos físicos presentes em textos não científicos;
- - A capacidade de elaborar relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou fenómeno físico;

Instrumentos e pesos: Avaliações com questões abertas e discursivas e questões fechadas de alternativas de modo a haver um equilíbrio entre elas. Instrumentos diversificados, tais como relatório de atividade experimental, apresentações, seminários, debates, dramatizações, entre outras possibilidades.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do (a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova discursiva-dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa:

- - **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- - **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- - **Debates:** (seminários e simpósios);
- - **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- - **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- - **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:**

primeira versão, revisão, versão definitiva).

- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

Quanto a recuperação de estudos compreende-se que a **esta é composta de dois momentos obrigatórios:** a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Da **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela **somatória** da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada **bimestre**:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por **bimestre**. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**.

A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média

REFERÊNCIAS

PIETROCOLA, M. **Ensino de Física: conteúdo, metodologia e epistemologia em uma concepção integradora**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Física**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Física**. Curitiba, 2012.

MENEZES, L. C. **Uma Aventura do Espírito: Fundamentos e Fronteiras do Conhecimento Físico**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2005.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA

JUSTIFICATIVA

A Proposta pedagógica curricular (PPC) deste estabelecimento de ensino está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino (DCE), documento que orienta o trabalho pedagógico trazendo a fundamentação do currículo, os fundamentos teóricos-metodológicos e os conteúdos da disciplina de Geografia.

De acordo com as Diretrizes Curriculares (2008), a disciplina de Geografia tem como objeto de estudo o Espaço Geográfico. Espaço este que é entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade (LEFEBVRE, 1974, *apud* DCE, 2008).

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996).

Conforme Santos (1985), o espaço pode ser entendido como um produto social em permanente transformação, ou seja, sempre que a sociedade sofre mudança, as formas (objetos geográficos) assumem novas funções. Novos elementos, novas técnicas são incorporados à paisagem e ao espaço, demonstrando a dinâmica social. Os elementos construídos neste espaço vão incorporando as novas tecnologias e novas formas de produzir. Também o espaço geográfico é composto por sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

É necessário considerar também os conceitos na disciplina de Geografia, a saber: lugar, paisagem, região, território, natureza e sociedade. Segundo (DCE, 2008), esses conceitos se constituíram e reconstituíram em diferentes momentos históricos, em função das transformações sociais, políticas e econômicas que definem e redefinem maneiras e ritmos de produzir o espaço.

OBJETIVO GERAL

Despertar no aluno a compreensão do mundo, percebendo que nós enquanto

cidadãos também fazemos parte deste contexto, das relações entre os homens e os espaços. Fazer com que o aluno passe a perceber o espaço geográfico e desperte para a conscientização quanto ao uso equilibrado dos recursos naturais e a superação do senso comum, confrontando a realidade com o conhecimento científico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ler e interpretar criticamente o espaço;
- Compreender o estudo do processo histórico na formação das sociedades humanas;
- Entender o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território a partir do espaço geográfico;
- Perceber as relações econômicas, políticas, sociais que envolvem o mundo globalizado;
- Reconhecer na aparência das formas visíveis e concretas do espaço atual os processos históricos, construídos em diferentes tempos, os processos contemporâneos, conjuntos de práticas dos diferentes agentes, que resultam em profundas mudanças na organização e no conteúdo do espaço compreendendo e ampliando no cotidiano os conceitos básicos da Geografia.

CONTEÚDOS

Os conteúdos da disciplina de Geografia levam em consideração uma concepção crítica de educação. Os conteúdos estruturantes devem considerar em sua abordagem teórico-metodológica, as relações socioespaciais em todas as escalas geográficas, analisadas em função das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcam o atual período histórico (DCE, 2008).

Os conteúdos básicos para a disciplina de Geografia seguem a organização das Diretrizes Curriculares, de forma seriada para o Ensino Fundamental e de forma generalizada para o Ensino Médio.

De acordo com a DCE (2008), os conteúdos básicos são conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico.</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico.</p> <p>Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico.</p>	<p>6° Ano</p> <p>Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;</p> <p>Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;</p> <p>A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;</p> <p>As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista;</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;</p> <p>A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural;</p> <p>As diversas regionalizações do espaço geográfico;</p>
	<p>7° Ano</p> <p>A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro;</p> <p>A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;</p> <p>As diversas regionalizações do espaço brasileiro;</p> <p>As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;</p> <p>Movimentos migratórios e suas motivações;</p> <p>O espaço rural e a modernização da agricultura;</p> <p>A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;</p> <p>A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações;</p>
	<p>8° Ano</p> <p>As diversas regionalizações do espaço brasileiro;</p> <p>A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios continente americano;</p> <p>A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;</p> <p>O comércio em suas implicações socioespaciais;</p> <p>A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações;</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;</p> <p>As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista;</p> <p>O espaço rural e a modernização da agricultura;</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e</p>

	<p>os indicadores estatísticos da população; Movimentos migratórios e suas motivações; As manifestações socioespaciais da diversidade cultural; A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.</p>
	<p>9º Ano</p> <p>As diversas regionalizações do espaço geográfico; A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado; A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção; O comércio mundial e as implicações socioespaciais; A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios; A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população; As manifestações socioespaciais da diversidade cultural; Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações; A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção; O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.</p>

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Dimensão política do espaço geográfico. ● Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. ● Dimensão socioambiental do espaço geográfico. 	<p>A formação e transformação das paisagens; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção; A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais; A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico; A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção; O espaço rural e a modernização da agricultura; O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial; A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações; Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios; As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista; A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente;</p>

	<p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população; Os movimentos migratórios e suas motivações; A manifestações socioespaciais da diversidade cultural; O comércio e as implicações socioespaciais; As diversas regionalizações do espaço geográfico; As implicações socioespaciais do processo de mundialização; A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.</p> <p style="text-align: center;">•</p>
--	--

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Sugestão de conteúdo para a disciplina:

DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ESTATUTO DO IDOSO
PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING
SEMANA ESTADUAL MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS
DIREITOS HUMANOS- PNEDH3 (DECRETO 7037/2009)

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão desta intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA:

De acordo, com DCE (2008), a metodologia de ensino na disciplina de Geografia devem permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da Geografia e compreendam o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Para isso, devem-se levar em consideração a criticidade, dinamicidade e interligar a realidade do aluno, em coerência com os fundamentos teóricos propostos. Ainda é necessário criar situação problema que seja instigante, provocativa e problematizadora.

Ao invés de simplesmente apresentar o conteúdo que será trabalhado, recomenda-se que o professor crie uma situação problema, instigante e provocativa.

Essa problematização inicial tem por objetivo mobilizar o aluno para o conhecimento. Por isso, deve se constituir de questões que estimulem o raciocínio, a reflexão e a crítica, de modo que se torne sujeito do seu processo de aprendizagem (VASCONCELOS, 1993). Outro pressuposto metodológico para a construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo. Na perspectiva teórica destas Diretrizes, contextualizar o conteúdo é mais do que relacioná-lo à realidade vivida do aluno, é, principalmente, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas. Sempre que possível o professor deverá estabelecer relações interdisciplinares dos conteúdos geográficos em estudo, porém, sem perder a especificidade da Geografia.

No processo de construção do conhecimento e análise das categorias serão realizadas problematizações de textos e imagens, mapas, músicas, manifestos, vídeos, documentários, trabalhos de campo, entre outros. Ainda poderão ser utilizados análises e interpretação de tabelas e gráficos, produção de esquemas, quadros comparativos, painéis, cartazes, levantamento de informações e pesquisas em diversas fontes, como recursos para a confirmação da ação pedagógica.

Nas relações interdisciplinares, as ferramentas teóricas próprias de cada disciplina escolar devem fundamentar a abordagem do conteúdo em estudo, de modo que o aluno perceba que o conhecimento sobre esse assunto ultrapassa os campos de estudo das diversas disciplinas, mas que cada uma delas tem um foco de análise próprio. O professor deve, ainda, conduzir o processo de aprendizagem de forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem crítica aconteçam. Todo esse procedimento tem por finalidade que o ensino de Geografia contribua para a formação de um sujeito capaz de interferir na realidade de maneira consciente e crítica.

AVALIAÇÃO

De acordo com a DCE (2008), destacam-se como os principais critérios de avaliação em Geografia a formação dos conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais para compreensão e intervenção na realidade. É necessário observar se os alunos formaram os conceitos geográficos e assimilaram as relações

Espaço ↔ Temporais e Sociedade ↔ Natureza para compreender o espaço nas diversas escalas geográficas.

Os Instrumentos para a avaliação na disciplina de Geografia devem ser diversificados. Conforme DCE (2008), os instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, são:

- interpretação e produção de textos de Geografia;
- interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- pesquisas bibliográficas;
- relatórios de aulas de campo;
- apresentação e discussão de temas em seminários;
- construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre outros.

Segundo a Instrução nº 015/2017 SUED/SEED, o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino enfatiza que a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa. Para isso, a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- Seminários/apresentações orais: argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- Atividades experimentais: pesquisa de campo e relatório;

- Debates: (seminários e simpósios);
- Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas: várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- Portfólios: avaliação de caráter formativo permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

De acordo com a Instrução nº 015/2017 SUED/SEED, no item sobre a recuperação de estudos, compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa o pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo dentro do bimestre ou trimestre;

b) fica vedado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

a) os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe (LRC) ou Livro Registro de Classe Online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, obtidas nas mais diferentes modalidades de avaliação, tendo como média mínima por disciplina para aprovação 6,0 (seis vírgula zero) e apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

Da **Instrução nº 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois

momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Por isso, a recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação**. Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Geografia para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

VASCONCELOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad – Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1993.

9. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA

1. JUSTIFICATIVA

A diretriz curricular de História, que ampara esta proposta pedagógica curricular, busca despertar reflexões a respeito de aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, e das relações entre o ensino da disciplina e a produção do conhecimento (DCE, 2008, p. 38).

A partir da matriz disciplinar exposta na DCE:

a história tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações pode ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente. (Op. cit, p. 46)

A História como ciência humana deve abordar aspectos inerentes à realidade no contexto onde o ser humano está inserido, territorializando tais conceitos, respeitando seus valores culturais e agregando-os à escrita historiográfica. Grosso modo, percebe-se que, muitas propostas do ensino de História seguiam e seguem uma estrutura, estabelecida e perpetuada por duas décadas, centralizada no que dizem os especialistas europeus, trazendo uma concepção de outros povos e outras culturas. Desta forma, o local, o nacional, e por consequência o sujeito aqui estabelecido, ficava/fica e se sente marginalizado do processo.

Tanto esta concepção, como o próprio referencial metodológica que a estabelecia, parece estar destoante de uma produção de conhecimento efetivo por parte de todos, pois formaram gerações que não possuem o mínimo de simpatia com a disciplina de História, que se perfazia em memorização de datas e revoltas e rebeliões, estabelecendo “apenas” fatos de alguns personagens, em sua maioria de cunho político/oficial. Isto também se reflete na formação de professores, geradora de concepções que são perpetuadas e geradas para o ensino da história.

Esta mudança é paulatina, haja vista, que a tradição caracterizou valores secularmente enraizados e que persistem em livros didáticos, metodologias e narrativas históricas, e a concepção estabelecida pelas DCEs (que ainda é recente) possibilita novas perspectivas e sugestões para esta mudança. Esta nova proposta, tendo a escola

como produtora da PPC, abre-se uma via de discussão, por exemplo, no caso da história, em perceber a mudança de valores etnocêntricos e eurocêntricos que ainda nossas instituições refletem, e partir para um currículo mais territorializado.

O ser humano constrói e se reconstrói através do trabalho; diante deste pressuposto a disciplina de história vai em busca do histórico e das relações do mesmo, tendo a compreensão de práticas presentes contextualizando-as com o passado, objetivando cidadãos construtores de novas práticas e de novas relações de trabalho, conseqüentemente culturais e de poder.

Enfim, a história não deve ser difundida e utilizada pelos especialistas (seus produtores) e pelos políticos que representam o povo ao legislar sobre situações sociais. Mas principalmente pela população, como recurso para expressar suas necessidades e reivindicações, e tornar públicas, de maneira conjunta e organizada, as aspirações populares. E este saber providenciará e acelerará mudanças radicais na direção desejada e necessária da qualificação devida das sociedades atuais. Onde que o século XXI possa vir a apresentar um Estado fortalecido pela boa e digna qualidade de vida e de sua sociedade.

A disciplina de história tem por finalidade preparar ou formar pessoas a realidade social e do trabalho, ou seja, preparar para a vida na sociedade moderna. A história contribui para a construção da identidade pessoal, ajudando na construção de personalidades democráticas capazes de atuar, no mundo do trabalho e demais esferas da sociabilidade humana (universidade, família, lazer, política, religião, associações, etc.).

O ensino da história deve permitir que o aluno compreenda que os homens comuns, do povo, fazem história. Dentro deste contexto a ser explorado, devem destacar-se como conteúdos estruturantes: as relações de trabalho; de poder e cultural.

OBJETIVOS

· Estudar os processos históricos relativos às ações e relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, raciocinar, representar, imaginar, instituir, portanto, de se relacionar social, cultural e politicamente;

- Considerar as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, que também ocorrem a partir das ações humanas;
 - Conhecer, analisar e relacionar o conhecimento histórico com o cotidiano, tornando-se cidadãos atuantes e comprometidos com as causas que os envolvem na sociedade em que vive;
 - Construir a identidade social e individual com as gerações passadas;
 - Compreender permanências e mudanças no processo histórico;
 - Reconhecer o papel do indivíduo como sujeito e produto histórico;
 - Estabelecer relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos, e seus significados em diferentes contextos, sociedades e épocas;
 - Relacionar a identidade social com as gerações passadas. Aprender o tempo histórico como construção cultural e como duração;
 - Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos próprios à produção do conhecimento historiográfico.

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula. Assim, os conteúdos estruturantes da disciplina de História apontam “para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico”, nos quais estabelecem três, a saber: as relações culturais, relações de trabalho e relações de poder (DCE, 2008, p. 64).

Conteúdo Estruturantes e Básicos de História - Ensino Fundamental

6º ANO

Tema: Os diferentes sujeitos e suas histórias	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS

<ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho; • Relações de poder; • Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • A experiência humana no tempo; • Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo; • As culturas locais e a cultura comum;
--	--

7º ANO

Tema: A Constituição Histórica do Mundo Rural e Urbano e a Formação da Propriedade em Diferentes Tempos e Espaços	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho; • Relações de poder; • Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • As relações de propriedade; • A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade; • As relações entre o campo e a cidade; • Conflitos e resistências e produção cultural campo cidade;

8º ANO

Tema: O Mundo do Trabalho e os Movimentos de Resistência	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho; • Relações de poder; • Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • História das relações da humanidade com o trabalho; • O trabalho e a vida em sociedade; • O trabalho e as contradições da modernidade; • Os trabalhadores e as conquistas de direito;

9º ANO

Tema: Relações de Dominação e Resistência: a Formação do Estado e das Instituições Sociais	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho; • Relações de poder; • Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • A constituição das instituições sociais; • A formação do Estado; • Sujeitos, Guerras e revoluções;

Conteúdos Estruturantes e Básicos de História – Ensino Médio

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho; • Relações de poder; • Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre;

<ul style="list-style-type: none"> ● Relações de trabalho; ● Relações de poder; ● Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Urbanização e industrialização;
<ul style="list-style-type: none"> ● Relações de trabalho; ● Relações de poder; ● Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> ● O Estado e as relações de poder;
<ul style="list-style-type: none"> ● Relações de trabalho; ● Relações de poder; ● Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Os sujeitos, as revoltas e as guerras;
<ul style="list-style-type: none"> ● Relações de trabalho; ● Relações de poder; ● Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções;
<ul style="list-style-type: none"> ● Relações de trabalho; ● Relações de poder; ● Relações culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Cultura e religiosidade;

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental e séries do Ensino Médio serão trabalhados, permeando os conteúdos básicos, através da contextualização e de maneira interdisciplinar, os conteúdos contemporâneos obrigatórios: História do Paraná (lei nº 13381/01); História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº 11.645/08). Também, concomitante serão estabelecidos desafios socioeducacionais.

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo.

No contexto do desenvolvimento dos conteúdos históricos serão oportunizados projetos, reflexões, sensibilização, convencimento, implementação, Semana Cultural da Consciência Negra (20/11), Semana Cultural dos Povos Tradicionais Indígenas (19/04) e atividades para a visualização dos sujeitos históricos africanos, negros, afro-brasileiros (Lei 10.639/03) e comunidades tradicionais indígenas (Lei 11.645/08) como

personalidades historicamente discriminados no projeto de formação e organização da nação brasileira e suas contribuições próprias para a História e cultura do país. Será oportunizado, também, o conhecimento das especificidades políticas, econômicas, históricas e socioculturais do Estado do Paraná (Lei 13.381/01) bom como sua importância no cenário regional e nacional.

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão desta intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico da disciplina de História deverá privilegiar a produção e reelaboração do saber histórico, possibilitando a compreensão das relações de trabalho, poder e cultura, presentes na construção do processo histórico, articulando-se teoria-prática, onde o trabalho intelectual permite ao aluno a articulação da prática no pensamento, pela sua capacidade de abstração a compreenda, e assim adquira condições para nela intervir, considerando o conjunto das relações sociais e produtivas através das quais o pensamento adquire materialidade ao transformar-se em ação. Ou seja, um sujeito partícipe e ativo (na medida de sua territorialização) desta processualidade.

Instrumentalizando os estudantes na compreensão do processo histórico serão utilizados diferentes recursos didáticos-pedagógicos tais como: leitura e análise de textos, interpretação e releitura de imagens, desenhos, ilustrações e fotografias, exibição de documentários e fragmentos fílmicos, produção/elaboração de textos, resolução de atividades e exercícios, confecção de cartazes, murais e painéis, realização de trabalhos de pesquisas individuais e de grupo, realização de seminários, produção de charges, paródias e versos rimados, encenações de acontecimentos históricos, confecção e interpretação de mapas históricos, análise de gráficos de dados estatísticos, desenhos e ilustrações de fatos históricos, organização de história em quadrinhos, entre outros. Utilizar-se-á na prática pedagógica cotidiana a TV multimídia, o laboratório de informática, como espaço de pesquisa e produção, exibições de slides por meio de

projetos multimídia, bem como outras tecnologias que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento científico.

Não obstante, o conhecimento histórico é dinâmico e para compreensão da temporalidade, historicidade e transitoriedade do conhecimento, se faz necessário o uso de informações do universo da linguagem escrita e audiovisual, estruturada dentro de uma organização com o objetivo de esclarecer, gerar curiosidade, transmitir informação e adquirir conhecimento requer uma metodologia que visa introduzir professor e aluno no universo da linguagem, numa concepção dialógica, fazendo das tecnologias instrumentos de criação, expressão e comunicação. O uso das tecnologias como fontes para exercício do processo de construção/criação de sua relação historiográfica.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Desta maneira, a DCE bem como a LDB preconizam a chamada avaliação formativa, contínua, cumulativa e diagnóstica, termos utilizados para referir-se a um ponto de vista mais adequado ao cotidiano da sala de aula, em oposição à avaliação somativa e classificatória.

Por ser contínua e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Diante disso, e sob a recomendação da DCE (2008, p. 78 a 83), e do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, a avaliação em História deverá observar que:

Os processos avaliativos devem ser pensados de acordo com o projeto de homem e da sociedade que desejamos, alicerçados em um arcabouço teórico que dê sua fundamentação científica. Neste sentido, o papel do professor é muito importante no processo da avaliação. Ele precisa observar seus alunos, “realizar um diagnóstico permanente”, ter uma postura reflexiva, capacidade de observar, de regular, de inovar,

de aprender com os outros, com os alunos, com a experiência, enfim, estabelecer sempre por princípio, a relação dialógica. Portanto, como já exposto acima, será diagnóstica, contínua e permanente, para interpretar qualitativamente o conhecimento construído pelos alunos cujos resultados servirão de parâmetro para análise, reflexão e aperfeiçoamento, subsidiando o docente na sua prática, na criação de novos instrumentos de trabalho, na retomada de aspectos que devem ser revistas, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou do grupo, num processo dinâmico. E para o educando deve ser o instrumento para tomada de reflexão de suas conquistas, das dificuldades, das possibilidades para reorganizar seus procedimentos no ato de aprender e criar novos referenciais.

Instrumentos e pesos: Avaliações com questões abertas e discursivas e questões fechadas de alternativas de modo a haver um equilíbrio entre elas. Instrumentos diversificados, tais como produções de textos, mostras, apresentações, seminários, debates, dramatizações, entre outras possibilidades.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com

a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova discursiva-dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa:

- - **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- - **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- - **Debates:** (seminários e simpósios);
- - **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- - **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- - **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- - **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

De acordo com **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

a) os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe (LRC) ou Livro Registro de Classe online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, obtidas nas mais diferentes modalidades de avaliação, tendo como média mínima por disciplina para aprovação 6,0 (seis vírgula zero) e apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)** A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record. [s.d.]

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BETTO, FREI. OSPB. **Introdução à Política Brasileira**. 1ª ed. Ática, 1986, volume único. SP. CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. História da Sociedade. FG. Diadema-SP.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2002.

BRAICK, Patricia Ramos. MOTA, Myriam Becho. **História das Cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo. Moderna, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São PAULO: Companhia da Letras, 2001.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral**. Volume único: Saraíva 2ª ed, SP.2010, JORNAL: MUNDO JOVEM. E OUTROS.

DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII-XII**. Lisboa: Estampa. ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. V. 1. São Paulo: Zahar, 1993.

FERNANDES, Velocin Bruck. **O Paraná é assim**. Curitiba: V.B. Fernandes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

História em Movimento. São Paulo. Ática.2010.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná: História. Curitiba: SEED, 2008.

PAZZINATO, Alceu Luiz. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Ática, 1993.

PRETTA, Nicolina Luiza de. OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. **História – Uma Abordagem Integrada**. 1ª e 2ª ed: Moderna. 1999 e 2004.

REVISTAS: Veja e Aventuras na História. Ed. Abril, várias edições, números e anos.

RICARDO, ADEMAR, FLÁVIO. **História**. Volumes 1,2,3: Lê, Belo Horizonte MG. 1989.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque pedagógico afrobrasileiro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

SCHIMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. 2ª ed., São Paulo : Nova Geração, 2002.

VICENTINO, CLAÚDIO. **História Geral**: Scpione, Volume Único, 1ª ed. 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora GráficaVicentina Ltda, 1995.

10. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – LEM

JUSTIFICATIVA

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Língua Estrangeira Moderna, cujas referências são a base desta Proposta Pedagógica Curricular, foram elaboradas focando os seguintes princípios (DCE, 2008, p. 52): “o atendimento às necessidades da sociedade contemporânea brasileira, o resgate da função social e educacional do ensino de Língua Estrangeira e o respeito à diversidade (cultural, identitária, linguística)”.

Essas escolhas estão fundamentadas na pedagogia crítica, que “valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade” (id ibid).

Sendo assim, a disciplina de LEM é componente fundamental na formação do aluno da Educação Básica, uma vez que ela se torna um espaço para que ele “reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, de modo que se envolva discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive” (ibid. p. 53). Inserido nas práticas sociais de leitura, escrita e oralidade, construindo significados a partir de textos que circulam na sociedade, o aluno compreenderá que “os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social” (id ibid).

A presente proposta parte das teorias do Círculo de Bakhtin, “que concebem a língua como discurso” (ibid). Na concepção bakhtiniana de linguagem, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1988, P. 95, apud DCE 2008, p. 55). Através das palavras, carregadas de significados, o aluno atua no mundo por meio do discurso e é afetado por ele (id ibid).

Após essas reflexões, chegamos à definição do objeto de estudo da disciplina de Língua Estrangeira Moderna: a língua, concebida como discurso, e que contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade.

Uma vez que a língua é concebida como discurso, ela constrói significados;

portanto, na concepção discursiva, ela não é uma estrutura ou um código a ser decifrado. Ela se faz “no contexto de interação verbal e não no sistema linguístico” (DCE, p. 53). Assim, é importante que se tenha clareza do que significa o ensino de uma LEM na escola: “ensinar e aprender línguas e também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades” (id, *ibid*); é necessário “que se considere as relações entre a língua estudada e a inclusão social” (DCE, 2008, p.56) e que os alunos utilizem a língua em situações significativas, que não se limitem a práticas linguísticas descontextualizadas.

Confirmando o resgate social da LEM e em consonância com a abordagem discursiva proposta, o ensino da disciplina se faz através de práticas sociais da leitura, da escrita e da oralidade, a partir da diversidade de gêneros textuais que circulam nas diferentes esferas sociais. Para Bakhtin (1992, apud DCE, 2008, p. 59), “o texto é a materialização de um enunciado e é entendido como unidade contextualizada da comunicação verbal”, e, ainda, “organiza-se em formas relativamente estáveis, determinadas pelas condições materiais de produção, denominadas de gêneros do discurso”.

Assim, é importante que o professor selecione gêneros discursivos que instiguem o aluno à pesquisa e à discussão e que a reflexão linguística aconteça no contexto do gênero estudado e não de forma descontextualizada.

OBJETIVO GERAL

A Geografia é capaz de oferecer ao educando instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio da disciplina, podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, observando as diferenças existentes nos vários lugares em que vivemos e assim, adquirimos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele.

Desta forma, passamos a relacionar lugares com outros, distantes no espaço e tempo, e percebemos as marcas do passado no presente. Cabe a geografia então, oferecer aos discentes meios adequados para a compreensão do espaço no qual ele esta inserido, observando neste processo as questões políticas, econômicas, físicas e humanas envolvidas e, levá - los a percepção de que todos agem em conjunto na formação do espaço geográfico. Pois, não é possível trabalhar a geografia fragmentada

afinal, as questões políticas estão relacionadas com as humanas, humanas com as questões econômicas e assim por diante.

A disciplina é capaz de proporcionar meios para que o discente desenvolva a capacidade de se expressar de forma crítica diante dos problemas sociais, reconhecendo o meio social em que vive e possibilitando a descoberta da existência de diferentes realidades. E dentro deste processo a percepção da evolução dos fatos históricos e geográficos do seu espaço de vivência, sendo portanto uma disciplina que faz parte do seu cotidiano e necessária para a formação de um cidadão perceptivo e crítico. Pelo conhecimento do espaço local e pela comparação dele com outros lugares, possibilita uma compreensão melhor de sua inserção territorial e cultural, estudando e analisando os fatores que contribuíram para a construção de uma identidade pessoal e comunitária mais rica. Levando ao conhecimento cada vez mais e melhor o seu lugar, sua cultura e as pessoas que vivem nos mesmos espaços, promovendo então, ao indivíduo uma concepção de mundo nas suas diferentes escalas (local, regional e global).

Dessa forma, objetiva despertar no aluno a compreensão do mundo, percebendo que nós enquanto cidadãos também fazemos parte deste contexto, das relações entre os homens e os espaços. Fazer com que o aluno passe a perceber o espaço geográfico e desperte para a conscientização quanto ao uso equilibrado dos recursos naturais e a superação do senso comum, confrontando a realidade com o conhecimento científico.

CONTEÚDOS

O conteúdo estruturante de Língua Estrangeira Moderna é o discurso como prática social e os conteúdos básicos da disciplina são os gêneros discursivos, selecionados de diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com o grau de complexidade e adequados à faixa etária, trabalhados na sua relativa estabilidade, no que se refere ao conteúdo temático, à estrutura e ao estilo, bem como às suas condições de produção, por meio das práticas discursivas da leitura, da escrita e da oralidade.

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

6º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
O discurso como	Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e seus

prática social	elementos composicionais: conteúdo temático, estrutura e estilo, e suas condições de produção. O professor irá selecionar os gêneros que circulam nas diferentes esferas sociais (cujo nível de complexidade esteja adequado ao 6º Ano do Ensino Fundamental), trabalhados a partir das práticas discursivas da leitura, escrita e oralidade.
	<p>LEITURA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificação do tema; ● intertextualidade; ● intencionalidade; ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem), marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● acentuação gráfica; ● ortografia.
	<p>ESCRITA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Tema do texto; ● interlocutor; ● finalidade do texto; ● intencionalidade do texto; ● intertextualidade; ● condições de produção; ● informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● ortografia; ● acentuação gráfica.
	<p>ORALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...; ● adequação do discurso ao gênero; ● turnos de fala; ● variações linguísticas; ● marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; ● pronúncia.

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
O discurso como prática social	Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e seus elementos composicionais: conteúdo temático, estrutura e estilo, e suas condições de produção. O professor irá selecionar os gêneros que circulam nas diferentes esferas sociais (cujo nível de complexidade esteja adequado ao 7º Ano do Ensino Fundamental), trabalhados a partir das práticas discursivas da leitura, escrita e oralidade.
	LEITURA: <ul style="list-style-type: none"> ● Identificação do tema; ● intertextualidade; ● intencionalidade; ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● acentuação gráfica; ● ortografia.
	ESCRITA: <ul style="list-style-type: none"> ● Tema do texto; ● interlocutor; ● finalidade do texto; ● intencionalidade do texto; ● intertextualidade; ● condições de produção; ● informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● ortografia; ● acentuação gráfica.
	ORALIDADE: <ul style="list-style-type: none"> ● Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; ● adequação do discurso ao gênero; ● turnos de fala; ● variações linguísticas; ● marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

- pronúncia.

8º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
O discurso como prática social	Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e seus elementos composicionais: conteúdo temático, estrutura e estilo, e suas condições de produção. O professor irá selecionar os gêneros que circulam nas diferentes esferas sociais (cujo nível de complexidade esteja adequado ao 8º Ano do Ensino Fundamental), trabalhados a partir das práticas discursivas da leitura, escrita e oralidade.
	LEITURA: <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do tema; • intertextualidade; • intencionalidade; • vozes sociais presentes no texto; • léxico; • coesão e coerência; • funções das classes gramaticais no texto; • elementos semânticos; • recursos estilísticos (figuras de linguagem); • marcas linguísticas: particularidades da língua; • pontuação; • recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • variedade linguística; • acentuação gráfica; • ortografia.
	ESCRITA: <ul style="list-style-type: none"> • Tema do texto; • interlocutor; • finalidade do texto; • intencionalidade do texto; • intertextualidade; • condições de produção; • informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • vozes sociais presentes no texto; • léxico; • coesão e coerência; • funções das classes gramaticais no texto; • elementos semânticos; • recursos estilísticos (figuras de linguagem); • marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; • recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • variedade linguística; • ortografia; • acentuação gráfica.
	ORALIDADE: <ul style="list-style-type: none"> • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos,

	<p>etc;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● adequação do discurso ao gênero; ● turnos de fala; ● vozes sociais presentes no texto; ● variações linguísticas; ● marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; ● diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito; ● adequação da fala ao contexto; ● pronúncia.
--	--

9º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
O discurso como prática social	<p>Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e seus elementos composicionais: conteúdo temático, estrutura e estilo, bem como suas condições de produção. O professor irá selecionar os gêneros que circulam nas diferentes esferas sociais (cujo nível de complexidade esteja adequado ao 9º Ano do Ensino Fundamental), trabalhados a partir das práticas discursivas da leitura, escrita e oralidade.</p>
	<p>LEITURA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificação do tema; ● intertextualidade; ● intencionalidade; ● vozes sociais presentes no texto; ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● discurso direto e indireto; ● emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● acentuação gráfica; ● ortografia.
	<p>ESCRITA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Tema do texto; ● interlocutor; ● finalidade do texto; ● intencionalidade do texto; ● intertextualidade; ● condições de produção; ● informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); ● vozes sociais presentes no texto; ● discurso direto e indireto;

	<ul style="list-style-type: none"> ● emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● ortografia; ● acentuação gráfica.
	<p>ORALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; ● adequação do discurso ao gênero; ● turnos de fala; ● vozes sociais presentes no texto; ● variações linguísticas; ● marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; ● diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito; ● adequação da fala ao contexto; ● pronúncia.

ENSINO MÉDIO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
O discurso como prática social	<p>Conteúdos Básicos:</p> <p>Os gêneros discursivos e sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao conteúdo temático, estrutura e estilo, bem como suas condições de produção. Estes gêneros circundam nas mais variadas esferas sociais e devem ser selecionados pelo professor, considerando o nível de complexidade adequado para este nível de ensino, trabalhados a partir das práticas discursivas da leitura, da escrita e da oralidade.</p>
	<p>LEITURA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificação do tema; ● intertextualidade; ● intencionalidade; ● vozes sociais presentes no texto; ● léxico; ● coesão e coerência; ● marcadores do discurso; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● discurso direto e indireto; ● emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;

	<ul style="list-style-type: none"> ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● acentuação gráfica; ● ortografia.
	<p>ESCRITA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Tema do texto; ● interlocutor; ● finalidade do texto; ● intencionalidade do texto; ● intertextualidade; ● condições de produção; ● informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); ● vozes sociais presentes no texto; ● vozes verbais; ● discurso direto e indireto; ● emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; ● léxico; ● coesão e coerência; ● funções das classes gramaticais no texto; ● elementos semânticos; ● recursos estilísticos (figuras de linguagem); ● marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; ● recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); ● variedade linguística; ● ortografia; ● acentuação gráfica.
	<p>ORALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...; ● adequação do discurso ao gênero; ● turnos de fala; ● vozes sociais presentes no texto; ● variações linguísticas; ● marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; ● diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito; ● adequação da fala ao contexto; ● pronúncia.

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS:

A disciplina de LEM poderá trabalhar com várias temáticas desafiadoras, uma vez que nossos conteúdos básicos são os gêneros discursivos, trabalhados a partir das

práticas discursivas. O trabalho pedagógico de abordagem dos desafios socioeducacionais será realizado através dos gêneros textuais e

trará uma problematização e a busca por sua solução deverá despertar o interesse dos alunos para que desenvolvam uma prática analítica e crítica, ampliem seus conhecimentos linguístico-culturais e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes num discurso no qual se revele o respeito às diferenças culturais, crenças e valores” (DCE, 2008, p. 64).

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo.

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão desta intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

A disciplina de Língua Estrangeira Moderna, cujo trabalho deverá estar baseado na compreensão de língua como discurso enquanto prática social, trabalhará questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, escrita e oralidade (DCE, 2008, p. 63). Assim sendo, o professor baseará o seu trabalho a partir dos gêneros textuais que circulam nas diversas esferas sociais (publicitária, jornalística, literária, informativa, etc.) e que se tornam para o aluno instrumentos de ação na sociedade.

As Diretrizes Curriculares de LEM (2008, p. 63) orientam assim o trabalho do professor:

Propõe-se que, nas aulas de Língua Estrangeira Moderna, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Sendo assim, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la.

E, ainda assim, o ensino da gramática não se faz descontextualizado, mas através da análise linguística, isto é, a função das palavras faz sentido dentro do texto

socialmente construído.

Ressalta-se que o trabalho com os gêneros textuais abre várias possibilidades de análise, tais quais: “a identificação das diferenças estruturais e funcionais, a autoria, o público a que se destina, e que se aproveite os conhecimentos e as experiências dos alunos com a língua materna” (ibid, p. 64).

Na sequência, detalhamos as sugestões metodológicas para o desenvolvimento das práticas discursivas da leitura, da escrita e da oralidade.

Para o desenvolvimento de práticas de leitura, as DCE (2008, p. 77 a 84) orientam que o professor:

- propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, ampliando também o léxico;
- considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- encaminhe discussões sobre tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia;
- proporcione análises para estabelecer a referência textual;
- conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas;
- contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época;
- utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; relacione o tema com o contexto atual;
- oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto;
- estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros.

Para as práticas sociais de escrita, as DCE (p. 77 a 84) orientam que o professor:

- planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;
- acompanhe a produção do texto;
- estimule produções em diferentes gêneros;
- encaminhe e acompanhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.);
- analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- estimule o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

As práticas sociais de oralidade são orientadas pelas DCE (p. 77 a 84), as quais consideram importante que o professor:

- organize apresentações de textos produzidos pelos alunos, levando em consideração a aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto;
- oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;

- prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos;
- selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros;
- estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas e outros.

AValiação

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Sendo que a avaliação aponta os caminhos para a reorganização do Plano de Trabalho Docente, destaca-se que:

É importante, neste processo, que o professor organize o ambiente pedagógico, observe a participação dos alunos e considere que o engajamento discursivo na sala de aula se faz pela interação verbal, a partir da escolha de textos consistentes, e de diferentes formas: entre os alunos e o professor; entre os alunos na turma; na interação com o material didático; nas conversas em Língua Materna e Língua Estrangeira, no próprio uso da língua, que funciona como recurso cognitivo ao promover o desenvolvimento de ideias (Vygotsky, 1989, apud DCE, 2008, p. 70).

Na prática discursiva da leitura, o aluno será avaliado considerando que o mesmo: identifique o tema; identifique a ideia principal do texto; perceba o ambiente em que circula o gênero; analise as intenções do autor; realize leitura compreensiva do texto; localize informações explícitas e implícitas no texto; deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto; amplie seu horizonte de expectativas; posicione-se argumentativamente; reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto; compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto; amplie seu léxico; reconhecimento de palavras e/ou

expressões que estabelecem a referência textual.

Na prática discursiva da escrita, o aluno será avaliado considerando que o mesmo: expresse as ideias com clareza; elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: • às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); • à continuidade temática; diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc; utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.; empregue palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

Na prática discursiva da oralidade, o aluno será avaliado considerando que o mesmo: utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna; explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto; compreenda os argumentos do discurso do outro; organize a sequência de sua fala; utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos; respeite os turnos de fala; exponha seus argumentos; analise os argumentos apresentados pelos colegas de classe em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, mesmo que em língua materna; analise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa. Para isso, a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário,

portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar,

concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.

- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

De acordo com a instrução 015/2017 SUED/SEED no item sobre a recuperação de estudos compreende-se que a **recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios:** a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa o pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo dentro do bimestre ou trimestre;

b) fica vedado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos.

Os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe (LRC) ou Livro Registro de Classe online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, obtidas nas mais diferentes modalidades de avaliação, tendo como média mínima por disciplina para aprovação 6,0 (seis vírgula zero) e apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**. A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

A Instrução 015/2017 ainda esclarece quanto ao aproveitamento escolar, nos

seus itens 2.1 a 2.6, dentre os quais destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. SP: Martins Fontes, 1992.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, 2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação. Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED**. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989 a, apud, DCE, 2008, p. 70.

11. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

JUSTIFICATIVA

A diretriz curricular de Língua Portuguesa, que ampara esta proposta pedagógica curricular, focaliza a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania. Pelo uso da linguagem, adequada aos diferentes discursos existentes na sociedade, os sujeitos interagem, têm acesso às informações, constituem-se como cidadãos.

A DCOE propõe que o professor de linguagem assuma uma concepção sociointeracionista de linguagem, uma vez que “é no processo de interação social que a palavra significa” conforme Bakhtin/Voloschinov, 1999, p. 109, apud DCOE, 2008, p. 49. Desta forma, “ensinar a língua materna, a partir desta concepção, requer que se considerem os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido, bem como o contexto de produção do enunciado” (id.ibid).

Na concepção bakhtiniana de linguagem, “as palavras estão carregadas de conteúdo ideológico, tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais e em todos os domínios” (ibid, p. 50). Então, nesta ótica, no processo de ensino-aprendizagem da linguagem, é preciso considerar o aprimoramento dos “conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que eles possam compreender os discursos que os cercam e ter condições de interagir com esses discursos” (id.ibid).

Considerando este aspecto, a escola precisa promover o letramento do aluno, através das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, bem como da prática didática da análise linguística, indo além do processo de codificação/decodificação, ou seja, para que, ao exercer sua cidadania, o sujeito utilize socialmente a oralidade, a leitura e a escrita, posicionando-se e interagindo e “demarcando sua voz no contexto social” (id.ibid).

Uma vez que o objeto de estudo da disciplina é o discurso como prática social, materializado nas práticas sociodiscursivas de linguagem, através da qual o sujeito também expande sua capacidade de uso e de reflexão em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o discurso oral ou escrito, verbal ou não verbal, como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente.

Entende-se, então, que as proposições de trabalho com a linguagem sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos, para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados. A linguagem focada nos gêneros transmite, inclusive, uma nova concepção de letramento, através da qual o sujeito se constitui como tal através da leitura ativa e responsiva, em que o texto não seja compreendido apenas em seus limites formais e estruturais.

De acordo com Bakhtin (1997, apud DCOE, 2008), os gêneros, transmitidos social e historicamente, são relativamente estáveis, do ponto de vista do conteúdo temático, da estrutura e do estilo, perpassados pelas condições de produção, porque não são criados a cada vez que um sujeito se vê envolvido em uma situação de interlocução e interação. Segundo Rojo (2012), são definidos como relativamente estáveis, porque os sujeitos em interação, por meio de seus enunciados, os concretizam de forma ímpar, contribuindo para sua própria constituição e formação.

OBJETIVOS

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Disciplina de Língua Portuguesa (DCOE, p.54) a concepção de linguagem como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de língua, busca:

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;
- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, além do contexto de produção;
- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguístico-discursivos;
- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;
- aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao

aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se, também, da norma padrão.

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula. Assim, conteúdo estruturante da disciplina de LP é o discurso como prática social, uma vez que o discurso é um acontecimento social, envolto de valores ideológicos, ligados aos seus falantes, seus atos e esferas sociais. Desta forma, a língua precisa ser compreendida na sua dimensão interativa, “em sua integridade concreta e viva”, conforme Bakhtin, 1997, p. 181, apud DCOE, 2008, p. 63.

Sendo assim, os conteúdos básicos de Língua Portuguesa são os gêneros discursivos, selecionados de diferentes esferas de circulação social, de acordo com o grau de complexidade e adequados à faixa etária, trabalhados na sua relativa estabilidade, no que se refere ao conteúdo temático, à estrutura e ao estilo, perpassados pelas condições de produção, por meio das práticas discursivas da oralidade, da leitura e da escrita e, também, da prática didática da análise linguística.

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

6º ANO

Conteúdo Estruturante: O discurso como prática social
--

<p>Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao conteúdo temático, estrutura e estilo, perpassados pelas condições de produção. Estes gêneros circundam nas mais variadas esferas sociais e devem ser selecionados pelo professor, considerando o nível de complexidade adequado para este ano letivo, trabalhados a partir das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, perpassadas pela prática didática da análise linguística.</p>

<p>ORALIDADE: Tema do texto; finalidade; argumentos; papel do locutor e interlocutor; elementos extralinguísticos: entonação, pausa, gestos, etc; adequação do discurso ao gênero; turnos de fala; variações linguísticas; marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; semântica.</p>

LEITURA: Tema do texto; interlocutor; finalidade; argumentos do texto; discurso direto e indireto; elementos composicionais do gênero; léxico; marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto; pontuação; recursos gráficos (aspas, travessão, negrito); figuras de linguagem.

ESCRITA: Contexto de produção; interlocutor; finalidade do texto; informatividade; argumentatividade; discurso direto e indireto; elementos composicionais do gênero; divisão do texto em parágrafos; marcas linguísticas como: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; processo de formação de palavras; acentuação gráfica; ortografia; concordância verbal/nominal.

ANÁLISE LINGUÍSTICA: Consta na DCOE, 2008, p. 77, que a Análise Linguística “é prática didática, complementar às práticas da oralidade, leitura e escrita, faz parte do letramento escolar”. Também consta que, segundo Mendonça, 2006 (apud DCOE, id.ibid), possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos”. Por isso, cabe ao professor deter-se um pouco nas quatro concepções de gramática, como aponta a DCOE, p. 78, e compreender a diferença entre ensino de gramática e a prática da análise linguística, conforme DCOE, 2008, p. 61 e 62.

7º ANO

Conteúdo Estruturante: O discurso como prática social

Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao conteúdo temático, estrutura e estilo, perpassados pelas condições de produção. Estes gêneros circundam nas mais variadas esferas sociais e devem ser selecionados pelo professor, considerando o nível de complexidade adequado para este ano letivo, trabalhados a partir das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, perpassadas pela prática didática da análise linguística.

ORALIDADE: Tema do texto; finalidade; papel do locutor e interlocutor; elementos extralinguísticos: entonação, pausa, gestos, etc; adequação do discurso ao gênero; turnos de fala; variações linguísticas; marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; semântica.

LEITURA: Tema do texto; interlocutor; finalidade do texto; informatividade; aceitabilidade; situacionalidade; intertextualidade; informações explícitas e implícitas; discurso direto e

indireto; elementos composicionais do gênero; repetição proposital de palavras; léxico; ambiguidade; marcas linguística: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA: Tema do texto; interlocutor; finalidade do texto; informatividade; discurso direto e indireto; elementos composicionais do gênero; marcas linguísticas como: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; processo de formação de palavras; acentuação gráfica; ortografia; concordância verbal/nominal.

ANÁLISE LINGUÍSTICA: Consta na DCOE, 2008, p. 77, que a Análise Linguística “é prática didática, complementar às práticas da oralidade, leitura e escrita, faz parte do letramento escolar”. Também consta que, segundo Mendonça, 2006 (apud DCOE, id.ibid), possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos”. Por isso, cabe ao professor deter-se um pouco nas quatro concepções de gramática, como aponta a DCOE, p. 78, e compreender a diferença entre ensino de gramática e a prática da análise linguística, conforme DCOE, 2008, p. 61 e 62.

8º ANO

Conteúdo Estruturante: O discurso como prática social

Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao conteúdo temático, estrutura e estilo, perpassados pelas condições de produção. Estes gêneros circundam nas mais variadas esferas sociais e devem ser selecionados pelo professor, considerando o nível de complexidade adequado para este ano letivo, trabalhados a partir das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, perpassadas pela prática didática da análise linguística.

ORALIDADE: Conteúdo temático; finalidade; aceitabilidade do texto; informatividade; papel do locutor e interlocutor; elementos extralinguísticos como; entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas; adequação do discurso ao gênero; turnos de fala; variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras); marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; elementos semânticos; adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc); diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

LEITURA: Conteúdo temático; interlocutor; intencionalidade do texto; aceitabilidade do texto; informatividade; situacionalidade; intertextualidade; vozes sociais presentes no texto;

elementos composicionais do gênero; relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação; recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; semântica; operadores argumentativos; ambiguidade; sentido conotativo e denotativo das palavras no texto; expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA: Conteúdo temático; interlocutor; intencionalidade do texto; informatividade; situacionalidade; intertextualidade; vozes sociais presentes no texto; elementos composicionais do gênero; relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; marcas linguísticas; coesão, coerência, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; concordância verbal/nominal.

ANÁLISE LINGUÍSTICA: Consta na DCOE, 2008, p. 77, que a Análise Linguística “é prática didática, complementar às práticas da oralidade, leitura e escrita, faz parte do letramento escolar”. Também consta que, segundo Mendonça, 2006 (apud DCOE, id.ibid), possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos”. Por isso, cabe ao professor deter-se um pouco nas quatro concepções de gramática, como aponta a DCOE, p. 78, e compreender a diferença entre ensino de gramática e a prática da análise linguística, conforme DCOE, 2008, p. 61 e 62.

9º ANO

Conteúdo Estruturante: O discurso como prática social

Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao conteúdo temático, estrutura e estilo, perpassados pelas condições de produção. Estes gêneros circundam nas mais variadas esferas sociais e devem ser selecionados pelo professor, considerando o nível de complexidade adequado para este ano letivo, trabalhados a partir das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, perpassadas pela prática didática da análise linguística.

ORALIDADE: Conteúdo temático; finalidade; aceitabilidade do texto; informatividade; papel do locutor e interlocutor; elementos extralinguísticos: entonação, expressão corporal, gestual, pausas; adequação do discurso ao gênero; turno de fala; variações linguísticas (lexicais, prosódicas entre outras); marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos; semântica adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

LEITURA: Conteúdo temático; interlocutor; finalidade, intencionalidade do texto; aceitabilidade; informatividade; situacionalidade; intertextualidade; temporalidade; discurso ideológico presente no texto; vozes sociais presentes no texto; elementos composicionais do gênero; relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; partículas conectivas do texto; progressão referencial no texto; marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito); semântica; operadores argumentativos; polissemia; sentido conotativo e denotativo; expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA: Conteúdo temático; interlocutor; intencionalidade do texto; informatividade; situacionalidade; intertextualidade; temporalidade; vozes sociais presentes no texto; elementos composicionais do gênero; relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; partículas conectivas do texto; progressão referencial do texto; marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recurso gráfico (aspas, travessão, negrito); sintaxe de concordância; processo de formação de palavras; vícios de linguagem; semântica; operadores argumentativos; modalizadores; polissemia.

ANÁLISE LINGUÍSTICA: Consta na DCOE, 2008, p. 77, que a Análise Linguística “é prática didática, complementar às práticas da oralidade, leitura e escrita, faz parte do letramento escolar”. Também consta que, segundo Mendonça, 2006 (apud DCOE, id.ibid), possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos”. Por isso, cabe ao professor deter-se um pouco nas quatro concepções de gramática, como aponta a DCOE, p. 78, e compreender a diferença entre ensino de gramática e a prática da análise linguística, conforme DCOE, 2008, p. 61 e 62.

ENSINO MÉDIO

Conteúdo Estruturante: O discurso como prática social

Conteúdos Básicos: Os gêneros discursivos e sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao conteúdo temático, estrutura e estilo, perpassados pelas condições de produção. Estes gêneros circundam nas mais variadas esferas sociais e devem ser selecionados pelo professor, considerando o nível de complexidade adequado para este ano letivo, trabalhados a partir das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita, perpassadas pela prática

didática da análise linguística.

A **Literatura**, ou melhor, os gêneros da esfera de circulação literária, recebem, neste nível de ensino, um trabalho mais sistematizado. Entretanto, a historiografia literária não pode ser um fim em si mesma, como objeto único de ensino. A escola precisa oferecer aos estudantes as mais diversas experiências estéticas, ampliando seus horizontes de expectativas, a fim de desenvolver o letramento literário, ou seja, a condição de ser capaz de ler textos e deles se apropriar, efetivamente, por meio da vivência da experiência estética. Nesse sentido, a sala de aula precisa ser convertida num espaço em que a literatura seja discutida e o leitor colocado na posição em que deve estar, qual seja, o de quem atribui sentidos ao texto literário e, desta forma é responsável pela sua atualização. Literatura, portanto, deve ser compreendida como “arte que transforma/humaniza o homem e a sociedade”, conforme Cândia (1972), apud DCOE, 2008, p. 57.

ORALIDADE: Conteúdo temático; Finalidade; Intencionalidade; Argumentos; Papel do locutor e interlocutor; Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas, Adequação do discurso ao gênero; Turnos de fala; Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; Elementos semânticos; Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

LEITURA: Conteúdo temático; Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade; Argumentos do texto; Contexto de produção; Intertextualidade; Vozes sociais presentes no texto; Discurso ideológico presente no texto; Elementos composicionais do gênero; Contexto de produção da obra literária; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; Progressão referencial; Partículas conectivas do texto; Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; Semântica: operadores argumentativos; modalizadores; figuras de linguagem.

ESCRITA: Conteúdo temático; Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade; Informatividade; Contexto de produção; Intertextualidade; Referência textual; Vozes sociais presentes no texto; Ideologia presente no texto; Elementos composicionais do gênero;

Progressão referencial; Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; Vícios de linguagem; Sintaxe de concordância; Sintaxe de regência.

ANÁLISE LINGUÍSTICA: Consta na DCOE, 2008, p. 77, que a Análise Linguística “é prática didática, complementar às práticas da oralidade, leitura e escrita, faz parte do letramento escolar”. Também consta que, segundo Mendonça, 2006 (apud DCOE, id.ibid), possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos”. Por isso, cabe ao professor deter-se um pouco nas quatro concepções de gramática, como aponta a DCOE, p. 78, e compreender a diferença entre ensino de gramática e a prática da análise linguística, conforme DCOE, 2008, p. 61 e 62.

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS/ LEGISLAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

A disciplina de LP poderá trabalhar com várias temáticas desafiadoras, uma vez que nossos conteúdos básicos que são os gêneros discursivos, trabalhados a partir das práticas discursivas da oralidade, da leitura e da escrita, assim possibilitam.

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Sugestão de conteúdo para a disciplina:

- Direito das crianças e adolescentes
- Estatuto do idoso
- Programa de combate ao bullying
- Semana estadual Maria da Penha nas escolas
- Direitos humanos- pnedh3 (decreto 7037/2009)

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão desta intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

METODOLOGIA

O trabalho na disciplina de Língua Portuguesa deverá estar baseado na compreensão da língua como discurso que se efetiva na sociedade, através dos diferentes gêneros, considerando sua relativa estabilidade, no que diz respeito ao estilo, estrutura e conteúdo. Isso significa dizer que nas aulas de linguagem é preciso promover o amadurecimento do domínio discursivo da oralidade, da leitura, da escrita e da análise linguística, para que o aluno possa interferir nas relações de poder, construindo significados que promovam sua emancipação e autonomia.

Para a prática discursiva da oralidade, é importante o professor considerar que, conforme DCOE:

as atividades orais precisam oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais; adequar a linguagem conforme as circunstâncias [...]; aproveitar os imensos recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir [...] (DCOE, 2008, p. 65)

Desta forma, o professor precisa possibilitar ao aluno o reconhecimento de que “a norma padrão, além de variante de prestígio social e de uso das classes dominantes, é fator de agregação social e cultural e, portanto, é direito de todos os cidadãos [...]”, conforme DCOE, 2008, p. 66.

Está na DCOE, 2008, p. 66, que “tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, as possibilidades de trabalho com os gêneros orais são diversas e apontam diferentes caminhos [...]”. Diante disso, deve o professor selecionar os objetivos e expectativas de aprendizagem que pretende no trabalho com os gêneros orais, observando, também, o que diz o Caderno de Expectativas de Aprendizagem.

Desta maneira, é importante que o professor: organize apresentações de textos produzidos pelos alunos, oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado, oriente para apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal, estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, pausas, expressão facial, entre outras possibilidades.

Para a prática discursiva da leitura, compreendida como ato dialógico e interlocutivo por excelência, o leitor precisa exercer seu papel ativo e responsivo e, sob esta ótica, o professor, por sua vez, precisa ser o mediador, provocando leituras significativas. É o leitor que, no contato com diferentes gêneros discursivos, realiza inferências, considerando suas vivências e conhecimentos prévios. Quanto mais lê,

tanto mais vai se constituindo como leitor e, nesta prática, aprende a posicionar-se como um leitor assíduo, crítico e competente, que entende, realmente, a complexidade do ato de ler. Dessa maneira, cabe ao professor oferecer diferentes experiências de leitura, buscando, através do método recepcional, por exemplo, determinar, atender, questionar, romper e ampliar os horizontes de expectativas dos alunos, especialmente no que diz respeito aos gêneros da esfera de circulação literária.

Sendo assim, é importante que o professor propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, considere os conhecimentos prévios dos alunos, formule questionamentos que possibilitem inferências, encaminhe discussões sobre tema, intenções, finalidade, situacionalidade, intertextualidade, entre outros.

Para a prática discursiva da escrita, a DCOE orienta para a importância de se levar “em conta a relação entre o uso e o aprendizado da língua, sob a premissa de que o texto é um elo de interação social e os gêneros discursivos são construções coletivas” (DCOE, 2008, p. 68).

A compreensão quanto ao funcionamento de um texto escrito se dá a partir de vários elementos, tais como “organização, unidade temática, coerência, coesão, intenções, interlocutores, dentre outros” (id.ibid). As propostas de produção textual, então, precisam considerar o que de fato se escreve fora da escola, haja vista a função social da escrita, dependendo das práticas sociais vigentes.

É de fundamental importância que a prática discursiva da escrita siga pelo menos três momentos: planejamento do que será escrito, a escrita (primeira versão) e a reescrita do texto. Além disso, é imprescindível que se complete o ciclo de interação a que o texto se propõe, oportunizando a socialização desta prática, observado o caráter interlocutivo da linguagem.

Sendo assim, é importante que o professor oriente os alunos para o planejamento da produção textual, a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero e da finalidade, acompanhe a produção dos textos, encaminhe revisão e reescrita.

E, por fim, para a prática didática da análise linguística, cabe ao professor adotar uma metodologia reflexiva, baseada na indução, para observação dos casos particulares do uso da linguagem que remetem a aspectos estruturais, textuais, discursivos e normativos, os quais devem ser apresentados e retomados sempre que necessário, sempre e a partir da linguagem em uso, especialmente, nos que resultam da prática discursiva da escrita.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Desta maneira, a DCOE (2008) bem como a LDB preconizam a chamada avaliação formativa, contínua, cumulativa e diagnóstica, termos utilizados para referir-se a um ponto de vista mais adequado ao cotidiano da sala de aula, em oposição à avaliação somativa e classificatória.

Por ser contínua e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Diante disso, e sob a recomendação da DCOE (2008, p. 81 a 83), e do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, a avaliação em Língua Portuguesa deverá observar que:

A prática discursiva da oralidade será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Além disso, espera-se que o aluno utilize o discurso de acordo com a situação; apresente clareza nas ideias; compreenda os argumentos no discurso do outro; participe ativamente de diálogos, relatos, discussões; exponha objetivamente argumentos; organize a sequência da fala de modo que as informações fiquem claras e não se percam, respeite os turnos de fala, analise e contraponha, discuta os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações, entre outros.

Na prática discursiva da leitura serão avaliadas as estratégias que os estudantes empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência, reconhecimento de posicionamentos ideológicos, identificação dos efeitos de ironia e humor, localização das informações explícitas e implícitas, argumentos principais e secundários, entre outros. Por isso, espera-se que o aluno realize leitura compreensiva do texto; localize informações explícitas e implícitas no texto; perceba o ambiente onde o gênero circula; reconheça a ideia principal do texto; reconheça o estilo próprio do gênero; posicione-se argumentativamente; amplie seu horizonte de expectativas e, por fim, deduza os

sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto de uso.

Na prática discursiva da escrita é preciso compreender que o texto produzido neste âmbito está sempre em processo, em fase de produção, nunca como produto final. Por isso, o texto escrito será avaliado no processo de escrita e de reescrita, considerando os seus aspectos discursivo-textuais, verificando a adequação do texto à proposta e ao gênero solicitado, se há coesão, coerência e organização. Desta forma, é importante avaliar se o aluno expressa ideias com clareza; elabora textos atendendo as diferentes situações; utiliza recursos textuais; diferencia o contexto da linguagem do uso formal e informal; compreende o estilo de cada gênero; e utiliza, adequadamente, os recursos linguísticos, entre outras expectativas presentes no caderno de expectativas de aprendizagem.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa e, para isso a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação deverá utilizar técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

b) a avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

c) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para

análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

d) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, os quais devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, avaliação com questões discursivas, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios);

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

De acordo com a **instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que: compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vedada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento

do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vedado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

a) os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe (LRC) ou Livro Registro de Classe online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

Por isso, a recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**. A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. SP: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso**: uma

perspectiva enunciativa para o ensino da Língua Portuguesa. Tese (Doutorado em Linguística) Aplicada ao Ensino de Línguas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

DELMANTO, Dileta & CASTRO, Maria da Conceição –**Português , Ideias & Linguagens**, São Paulo, Saraiva, 2007.

FERREIRA, Mauro- **Entre Palavras-** São Paulo, FTD, 2002. FIORIN, José L. e Savioli, Francisco Platão- **Para Entender o Texto**, São Paulo, Ática, 1991.

GERALDI, João Vanderley (org)- **O Texto na Sala de Aula**, Cascavel, Assoeste,1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O parecer do Conselho Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação. Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Língua Portuguesa**. Curitiba, 2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação**. Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

POSSENTI, Sirio- **Por que (não) Ensinar Gramática na Escola?** Campinas, Mercado de Letras, 1997.

ROJO Roxane; MOURA Eduardo. **Multiletramento na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

TERRA, Ernani & CAVALETTE, Floriana Toscano- **Projeto Radix- raiz do**

conhecimento, 1edição, Scipione,São Paulo, 2010. Língua Portuguesa- PEC- Projeto Escola e Cidadania- Editora da Brasil.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA

JUSTIFICATIVA

A Matemática é uma área do conhecimento de grande importância para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade por suas dimensões científicas, tecnológicas e sociais. Nesta perspectiva, o ensino de Matemática se concentra em dois aspectos fundamentais, conforme destaca D'Ambrósio (apud BRASIL, p. 8, 2014), “ser parte da educação geral, preparando o indivíduo para a cidadania, e servir de base para uma carreira em ciência e tecnologia”. Contudo, ele destaca que deve-se buscar desenvolver estes aspectos de forma articulada, haja vista que, ambos, tem igual importância na formação integral do aluno. Desta forma, estes aspectos caracterizam os objetivos da educação matemática.

A Matemática, enquanto ciência se define por meio de convenções, axiomas, definições e teoremas. Assim, se corrobora o seu rigor e formalismo. A caracterização do seu objeto de estudo é definida por Davis e Hersh (1985) e Devlin (2002), como ciência que estuda padrões. Nas DCOE, o objeto de estudo da Matemática é apresentado na forma dos seguintes Conteúdos Estruturantes: Números e Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometrias, Tratamento da Informação e Funções.

Estes conteúdos devem ser mediados numa proposta que vise a articulação entre os mesmos. Desta forma, busca-se romper com uma visão estanque dos conteúdos matemáticos onde não se reconhece a intercomunicação e complementação entre eles.

De acordo com as DCOE, a matemática é vista como um saber vivo, dinâmico, construído para atender às necessidades sociais, econômicas e teóricas em um determinado período histórico. Assim, o ensino da Matemática justifica-se, sobretudo, por desenvolver habilidades, que embasam a forma de raciocinar e de pensar dos educandos, possibilitando meios para que este possa atribuir sentido e construir significado às ideias matemáticas de modo a tornar-se capaz de: identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito investigativo e a capacidade de resolver problemas; fazer observações sistemáticas, estabelecer relações e avaliar de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade; comunicar-se matematicamente e

estabelecer conexões temas matemáticos de diferentes campos e entre diferentes áreas curriculares; desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções; interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhar coletivamente na busca de soluções de problemas propostos, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas, bem como utilizar o conhecimento matemático em sua prática social.

CONTEÚDOS

No Paraná, conforme as DCOE, os conhecimentos matemáticos de grande amplitude são denominados Conteúdos Estruturantes e organizados da seguinte forma:

- Números e Álgebra
- Grandezas e Medidas
- Geometrias
- Funções
- Tratamento da Informação

Cada Conteúdo Estruturante é composto de Conteúdos Básicos que são os conhecimentos fundamentais para cada ano/série da etapa final do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Estes conteúdos são considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes da Educação Básica. Conforme destacam as DCE (2008, p.76) “o acesso a esses conhecimentos é direito do aluno na fase de escolarização em que se encontra e o trabalho pedagógico com tais conteúdos é responsabilidade do professor”.

CONTEÚDOS BÁSICOS ENSINO FUNDAMENTAL

6º Ano

Conteúdo Estruturante	Conteúdo Básico
Números e Álgebra	Sistemas de numeração; Números Naturais; Múltiplos e divisores; Potenciação e radiciação; Números fracionários; Números decimais.
Grandezas e Medidas	Medidas de comprimento; Medidas de massa; Medidas de área; Medidas de volume; Medidas de tempo; Medidas de ângulos; Sistema monetário.
Geometrias	Geometria Espacial; Geometria Plana.
Tratamento da Informação	Dados, tabelas e gráficos; Porcentagem.

7º Ano

Conteúdo Estruturante	Conteúdo Básico
Números e Álgebra	Números Inteiros; Números Racionais; Equação e Inequação do 1º grau; Razão e proporção; Regra de três simples.
Grandezas e Medidas	Medidas de temperatura; Medidas de ângulos.
Geometrias	Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometrias não-euclidianas.
Tratamento da Informação	Pesquisa Estatística; Média Aritmética; Moda e mediana; Juros simples.

8º Ano

Conteúdo Estruturante	Conteúdo Básico
Números e Álgebra	Números Racionais e Irracionais; Sistemas de Equações do 1º grau; Potências; Monômios e Polinômios; Produtos Notáveis.
Grandezas e Medidas	Medidas de comprimento; Medidas de área; Medidas de volume; Medidas de ângulos.
Geometrias	Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometria Analítica; Geometria não-euclidiana.
Tratamento da Informação	Gráficos e Tabelas; População e amostra.

9º Ano

Conteúdo Estruturante	Conteúdo Básico
Números e Álgebra	Números Reais; Propriedades dos radicais; Equação do 2º grau; Teorema de Pitágoras; Equações Irracionais; Equações biquadradas; Regra de três composta.
Grandezas e Medidas	Relações métricas no Triângulo Retângulo; Trigonometria no Triângulo Retângulo.
Geometrias	Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometria Analítica; Geometrias não-euclidianas.
Tratamento da Informação	Noções de Análise Combinatória. Noções de Probabilidade; Estatística. Juros Compostos.
Funções	Noção intuitiva de Função Afim; Noção intuitiva de Função Quadrática.

CONTEÚDOS BÁSICOS ENSINO MÉDIO

Conteúdo Estruturante	Conteúdo Básico
Números e Álgebra	Números reais; Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares; Sistemas Lineares; Matrizes e Determinantes; Números Complexos; Polinômios.
Grandezas e Medidas	Medidas de Área; Medidas de Volume; Medidas de Grandezas Vetoriais; Medidas de Informática; Medidas de Energia; Trigonometria.
Geometrias	Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometria Analítica; Geometrias não-euclidianas.
Tratamento da Informação	Análise combinatória; Binômio de Newton; Estudo das Probabilidades; Matemática Financeira; Estatística.
Funções	Função Afim; Função Quadrática; Função Exponencial; Função Logarítmica; Função Modular; Progressões Aritméticas; Progressões Geométricas; Função Trigonométrica; Função Polinomial.

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS/ LEGISLAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A disciplina de Matemática poderá trabalhar com várias temáticas desafiadoras, uma vez que seus Conteúdos Estruturantes e Básicos favorecem a abordagem das mesmas em diversos momentos. Contudo, destacamos que os conteúdos abaixo citados, serão abordados efetivamente pelo professor desta disciplina.

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Educação Fiscal e Tributária (Decreto 1.143/99 e Portaria 413/02). Os conteúdos relacionados à Educação Fiscal, podem ser discutidos em aulas de matemática por meio dos conteúdos de porcentagem, estatísticas, probabilidades, juros simples e composto, regra de três simples e composta, matemática financeira, entre outros.

Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão desta intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os Conteúdos Estruturantes, Básicos e Específicos devem ser articulados, estar inter-relacionados e ser abordados como um todo para enriquecer o processo pedagógico. Os temas devem ser abordados de forma simples, mas precisa, estabelecendo um diálogo com o aluno para que ele possa relacionar os assuntos com o seu cotidiano no intuito de despertar a atenção e o interesse do educando oportunizando a construção de novos conhecimentos. Esta relação é apontada por Chagas como:

As relações entre professor de matemática, aluno e conteúdos matemáticos são dinâmicas; por isso, a atividade de ensino deve ser um processo coordenado de ações docentes, em que o professor deverá organizar, com o máximo de cuidado possível, suas aulas, levando em conta sempre as reais necessidades dos seus alunos nos diversos tipos de ambientes onde estão inseridos (2012, p. 247).

Conforme as diretrizes, os conteúdos propostos devem ser abordados por meio de tendências metodológicas da Educação Matemática que fundamentam a prática docente, das quais destacamos:

- resolução de problemas;
- modelagem matemática;
- mídias tecnológicas;
- etnomatemática;
- história da Matemática;
- investigações matemáticas.

Para o encaminhamento das atividades serão utilizados vários recursos metodológicos e sempre que necessário será feita uma retomada de conceitos prévios facilitando a compreensão dos alunos. E assim, ao abordar os temas e atividades, construir um significado.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno deve ser estimulado a:

- partir de situações-problema internas ou externas à matemática;
- pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser parte integrante do processo de ensino aprendizagem em que o objetivo não é verificar a quantidade de informações “retidas” pelo aluno ao longo de um determinado período, já que não se concebe ensino como “transmissão de conhecimento”.

De acordo com as DCOE (PARANÁ, p. 69) alguns critérios devem orientar as

atividades avaliativas propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004,apud DCE, 2008);
- compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- realiza o retrospecto da solução de um problema.

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática. Assim, será possível que as práticas avaliativas finalmente superem a pedagogia do exame para se basearem numa pedagogia do ensino e da aprendizagem.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação:

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios/expectativas de aprendizagem (avaliação) estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova discursiva-dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

De acordo com a instrução 015/2017 SUED/SEED no item sobre a recuperação de estudos compreende-se que a **recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios:** a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a

aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa o pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo dentro do bimestre ou trimestre;

b) fica vedado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

a) os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didático-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

•

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

•

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios);

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

Da **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que: compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Por isso, a recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **trimestre/bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**. A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as)

estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

5 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno V: Matemática** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores: Ana Paula Jahn... et al.]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

CHAGAS, E.M.P. F. **Educação Matemática na sala de aula: problemáticas e possíveis** soluções. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium29/31.pdf>. Acesso em: 01/06/2016.

DANTE, Luiz Roberto. **Tudo é Matemática**. São Paulo, Ática, 2002.

DEVLIN, K. **Matemática – a ciência dos padrões**. Porto: Porto editora, 2002.

DAVIS, P. J.; HERSH, R. **A Experiência Matemática**. Tradução: João Bosco Pitombeira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **O profissional em educação matemática**. Universidade Santa Cecília, 2001. Santos – SP.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba: SEED/DEPG, 2008.

_____. **Secretaria de Estado da Educação. Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Matemática**. Curitiba, 2012.

_____. **Instrução Normativa nº15/2017**, disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2017/instrucao152017_sued_see d.pdf. Acesso em: 21/03/2017.

13. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

JUSTIFICATIVA

A Química tem papel fundamental na formação do sujeito, pois é um ramo da ciência que estuda a matéria, sua natureza, sua composição e preparação, as transformações que sofrem, as energias envolvidas nesses processos e a produção de outras substâncias, portanto, ligada diretamente à vida e relacionada às necessidades básicas dos seres humanos como, alimentação, vestuário, saúde, moradia, transportes e outros.

Sem um conhecimento mínimo da química, é quase impossível o indivíduo ter argumentos para se posicionar em relação aos inúmeros problemas da vida moderna, e em consequência, exercer efetivamente sua cidadania.

A Diretriz Curricular de Química, que ampara esta proposta pedagógica curricular, “será norteadada pela construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos, vinculada a contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais”, DCE, 2008, p. 51. Desta forma, “o conhecimento químico, assim como todos os demais saberes, não é algo pronto, acabado e inquestionável, mas em constante transformação” (Ibid., p.51).

Segundo, CHASSOT, 1995, p. 68, apud DCOE, 2008, p. 51, “a ciência já não é mais considerada objetiva nem neutra, mas preparada e orientada por teorias e/ou modelos que, por serem construções humanas com propósitos explicativos e previstos, são provisórios”.

A DCE, 2008, p. 52, propõe que “a compreensão e a apropriação do conhecimento químico aconteçam por meio do contato do aluno com o **objeto de estudo da Química: as substâncias e os materiais**”.

Conforme Oliveira 2001, apud DCE, 2008, p.52,

esse processo deve ser planejado, organizado e dirigido pelo professor numa relação dialógica, em que a aprendizagem dos conceitos químicos constitua apropriação de parte do conhecimento científico, devendo contribuir para a formação de sujeitos que compreendam e questionem a ciência do seu tempo.

Devemos, portanto, valorizar o conhecimento historicamente produzido, ou seja, retomar a função social da escola, levando informações que atentem para o verdadeiro sentido da química, para que o educando seja capaz de fazer uma análise dos benefícios e malefícios que a ciência traz. Essa análise será possível através da

“inserção do aluno na cultura científica, seja no desenvolvimento de práticas experimentais, na análise de situações cotidianas, e ainda na busca de relações da Química com a sociedade e a tecnologia”. (Ibid., p. 52).

CONTEÚDOS

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. “Assim, os conteúdos estruturantes da disciplina de Química devem considerar, em sua abordagem teórico-metodológica, as relações que estabelecem entre si e entre os conteúdos básicos tratados no dia a dia da sala de aula nas diferentes realidades regionais”, DCE, 2008, p. 58.

Conforme a “concepção teórica assumida, serão apontados os Conteúdos Estruturantes e básicos da Química para o Ensino Médio, considerando seu objeto de estudo/ensino: Substâncias e Materiais”, (Ibid., p. 58).

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
Matéria e sua Natureza	Matéria;
	Solução;
	Velocidade das Reações;
	Equilíbrio Químico;
Biogeoquímica	Ligação Química;
	Reações Químicas;
	Radioatividade;
	Gases;
Química Sintética	Funções Químicas.

- **Matéria e sua natureza:** “é o conteúdo que dá início ao trabalho pedagógico da disciplina de Química por se tratar especificamente de seu objeto de estudo, é ele que abre o caminho para um melhor entendimento dos demais conteúdos estruturantes”, DCE, 2008, p. 59.

- **Biogeoquímica:** “é a parte da Geoquímica que estuda a influência dos seres vivos sobre a composição química da Terra, caracteriza-se pelas interações existentes

entre hidrosfera, litosfera e atmosfera e pode ser bem explorada a partir dos ciclos biogeoquímicos” (RUSSEL, 1986, p. 02, apud DCE, 2008, p. 61).

- **Química sintética:** “tem sua origem na síntese de novos produtos e materiais químicos e permite o estudo dos produtos farmacêuticos, da indústria alimentícia, dos fertilizantes e dos agrotóxicos”, DCE, 2008, p. 63.

* **NOTA:** Ressaltamos que no **Plano de Trabalho Docente do Professor – PTD**, é necessário listar **os conteúdos estruturantes, básicos e específicos e separá-los por série/ano de escolaridade**, enquanto na **PPC**, apenas os conteúdos estruturantes e básicos, não sendo necessário separá-los por série/ano.

DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS:

Sobre os desafios socioeducacionais, vale salientar que muitos destes desafios são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo “chamar”, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Por exemplo, ao se abordar os conteúdos específicos: Tabela Periódica, Emissões radioativas, Propriedade dos gases, algumas funções orgânicas, pode-se trabalhar com a “Educação Ambiental” (Lei nº 9795/99), no conteúdo específico álcool, pode-se trabalhar com a “Educação para o Trânsito” (Lei nº 9503/97), “Prevenção ao uso de drogas” (Lei nº 11.343/06), “Educação Ambiental” (Lei nº 9795/99), entre outros.

METODOLOGIA

A metodologia é uma parte importante no processo ensino e aprendizagem, pois a maneira como o conteúdo é transmitido para o aluno, sendo considerado o ponto de partida para o seu entendimento. Portanto,

...devemos criar condições favoráveis e agradáveis para o ensino e aprendizagem da disciplina, aproveitando, no primeiro momento, a vivência dos alunos, os fatos do dia-a-dia, a tradição cultural e a mídia, buscando com isso reconstruir os conhecimentos químicos para que o aluno possa refazer a leitura do seu mundo (BERNARDELLI, 2004, p. 02, apud DCE, 2008, p.55).

É importante que o processo de ensino-aprendizagem parta do conhecimento prévio dos estudantes, onde se incluem as concepções espontâneas, a partir das quais será elaborado um conceito científico. Conforme DCE, 2008, p. 64,

A concepção espontânea sobre os conceitos que o estudante adquire no seu dia-a-dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência, faz-se presente no início do processo de ensino-aprendizagem. Por sua vez, a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, que requer metodologias específicas para ser disseminado no ambiente escolar. A escola é, por excelência, o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido.

O aprendizado de Química no ensino médio deve possibilitar ao aluno a compreensão tanto dos processos químicos em si, quanto da construção de um conhecimento científico em estreita relação com as aplicações tecnológicas e suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas. Contextualizar a produção e a validade dos conhecimentos científicos é fundamental para o ensino significativo.

Sendo a escola o local para o desenvolvimento do processo de construção e reconstrução do conhecimento, não podemos deixar de utilizarmos os recursos didáticos e tecnológicos (tecnologias da informação e comunicação), a fim de estabelecermos uma relação entre os conteúdos trabalhados de uma forma dinâmica e interativa. Desta forma, “uma sala de aula reúne pessoas com diferentes costumes, tradições e ideias que dependem também de suas origens, isso dificulta a adoção de um único encaminhamento metodológico para todos os alunos”, DCE, 2008, p. 65.

OS MODELOS E O ENSINO DE QUÍMICA

Diariamente, nos deparamos com dificuldade na abordagem de conteúdos considerados complexos e de difícil compreensão pelos alunos, principalmente os fenômenos do campo macro e microscópico. O uso dos modelos didáticos são considerados apenas aproximações necessárias e “não devem ser tomadas como verdades imutáveis e definitivas” (Ibid., p.65), podemos considerá-los excelentes alternativas para melhorar a aprendizagem no ensino de química. “Considera-se, ainda, que esses modelos são válidos para alguns contextos e não para todos, ou seja, são localizados e seus limites são determinados quando a teoria não consegue explicar fatos novos que eventualmente surjam”, (Id.Ibid).

A utilização desse recurso, possibilita a construção de novos saberes a partir da prática lúdica, prazerosa e interativa. É de fundamental importância que o professor, conforme DCE, 2008, p. 66,

ao abordar os modelos na escola vai além do simples estudo de datas e nomes. Exige que os docentes possuam conhecimentos epistemológicos a respeito do que sejam os modelos, sua função na ciência, seus objetivos, suas limitações, e em que contexto histórico foram elaborados. Isso implica num estudo da natureza da ciência, sua dinâmica e seus princípios constitutivos, além de considerar os conhecimentos a respeito de como os alunos propõem seus modelos mentais na explicação dos fenômenos.

O PAPEL DA EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA

A experimentação pode ser o ponto de partida para desenvolver a compreensão de conceitos ou a percepção de sua relação com as ideias discutidas em aula. “Uma aula experimental, seja ela com manipulação do material pelo aluno ou demonstrativa, não deve ser associada a um aparato experimental sofisticado, mas sim, à sua organização, discussão e análise”, DCE, 2008, p. 65, a fim de que o estudante possa interpretar os fenômenos químicos ocorridos, compartilhando informações, dialogando e refletindo sobre a química do dia a dia.

De acordo com DCE, 2008, p. 67,

Mesmo quando ocorrem “erros” em atividades experimentais, seja por condições ambientais ou reagentes com prazo de validade vencidos, estas situações podem ser aproveitadas pelo professor no sentido de se investigarem as causas dessas incorreções, analisando-as do ponto de vista pedagógico, pois elas estão ligadas aos limites de correspondência entre os modelos científicos e a realidade que representam, uma vez que as investigações na escola não primam por resultados quantitativos ou qualitativos.

LEITURAS CIENTÍFICAS E O ENSINO DE QUÍMICA

Ao trabalhar um texto “é preciso selecioná-lo considerando alguns critérios, tais como: linguagem, conteúdo, o aluno a quem se destina o texto e, principalmente, o que pretende o professor atingir ao propor a atividade de leitura”, DCE, 2008, p. 68.

Livros da biblioteca do Professor, revistas, textos disponíveis no livro didático do aluno e até textos de outras disciplinas como, Literatura e Arte podem se tornar um instrumento de ensino de química. “O texto não deve ser visto como se todo o conteúdo estivesse nele presente, mas sim, como instrumento de mediação na sala de aula, entre aluno-aluno, aluno-conteúdo e aluno-professor, para que se vislumbrem novas questões e discussões”, (Ibid., p. 68).

Fragmentos de músicas, filmes, documentários, pesquisas em sala de aula, abordagens de temas que permitam contextualização dos conhecimentos, interação do aluno com o mundo, atividades provocativas com enfoque CTS (ciência, tecnologia e sociedade), reconstrução de ideias, interpretação de textos científicos, exposição de trabalhos, painéis, realização de experimentos com análise e discussões dos resultados, são encaminhamentos metodológicos que contribuem como elementos motivadores para a aprendizagem, levando o aluno a desenvolver o interesse pela busca do conhecimento em consonância com os conteúdos propostos.

AValiação

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Segundo a instrução 015/2017 SUEd/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino do Paraná, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica.

De acordo com DCE, 2008, p. 69-70,

Esse tipo de avaliação leva em conta o conhecimento prévio do aluno e valoriza o processo de construção e reconstrução de conceitos, além de orientar e facilitar a aprendizagem. A avaliação não tem finalidade em si, mas deve subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação do professor, em busca de assegurar a qualidade do processo educacional no coletivo da escola.

Por ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Diante disso, sob a recomendação das Diretrizes, e do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, a avaliação,

têm como finalidade uma avaliação que não separe teoria e prática, antes, considere as estratégias empregadas pelos alunos na articulação e análise dos experimentos com os conceitos químicos. Tal prática avaliativa requer um professor que compreenda a concepção de ensino de Química na perspectiva crítica.(DCE, 2008, p. 70)

No que se referem aos critérios avaliativos, na Química, o principal é a formação de conceitos científicos, conforme (Ibid., p.70), “valoriza-se, assim, uma ação pedagógica que considere os conhecimentos prévios e o contexto social do aluno, para (re)construir os conhecimentos químicos”, desenvolvendo a capacidade de questionar o outro, o mundo e a si mesmo, contribuindo para a formação de um cidadão participativo, crítico e criativo. “Essa (re)construção acontecerá por meio das abordagens histórica, sociológica, ambiental e experimental dos conceitos químicos”, (Id. Ibid).

De acordo com a instrução 015/2017 SUED/SEED, p.3, referente a Avaliação da Aprendizagem,

os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

Como exemplos de **critérios de avaliação**, podemos citar o Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Química, p.95 e 96. Exemplos: Espera-se que o aluno ao final do conteúdo básico “Matéria” - Entenda e posicione-se com base na evolução da ciência, frente aos avanços tecnológicos na área da química e as situações socioambientais, compreendendo Ciência como construção humana - Compreenda a descoberta e a evolução dos modelos atômicos, identificando as especificidades e características das partículas fundamentais. Ou ainda, utilizar critérios que o professor considere essenciais como: Reconstrua o significado dos conceitos químicos - Tome posições críticas frente às situações sociais e ambientais desencadeadas pela produção do conhecimento químico - Compreenda a constituição química da matéria a partir dos conhecimentos sobre modelos atômicos, estados de agregação e natureza elétrica da matéria, entre outros.

Conforme consta nas Diretrizes, a avaliação deverá ser feita através de **instrumentos diversificados**, possibilitando diversas formas de expressão dos alunos, como: “leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da Tabela Periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de aulas em laboratório, apresentação de seminários, entre outras”, (Id. Ibid).

Outros instrumentos poderão ser empregados desde que se mostrem adequados aos critérios estabelecidos para cada conteúdo como: prova objetiva ou descritiva, mapa conceitual, portfólio, painéis, trabalhos coletivos e individuais, coleta de dados, debate em grupo, relatórios de aulas em laboratório de química e/ou informática, entre outros.

Enfim, “é necessário que os critérios e instrumentos de avaliação fiquem bem claros também para os alunos, de modo que se apropriem efetivamente de conhecimentos que contribuam para uma compreensão ampla do mundo em que vivem”, (Id. Ibid).

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;

b) os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem

estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

•

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

•

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios);

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A Instrução 015/2017 ainda esclarece, quanto ao aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, dentre os quais destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre);

b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, **a nota deverá ser substitutiva**, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da

disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**. A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

5. REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Secretaria de Estado da educação**. Instrução Normativa nº 15/2017 SUED/SEED. Dispõe sobre a Avaliação do Aproveitamento escolar, Recuperação de estudos e promoção do(as) estudantes das Instituições de ensino da rede pública estadual de Ensino do Estado do Paraná, exceto para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. SUED/SEED. Curitiba. 1 a 11p. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Caderno de expectativas de aprendizagem**. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Química. Curitiba, 2008.

14. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA

JUSTIFICATIVA

A diretriz curricular de Sociologia, que ampara esta proposta pedagógica curricular, focaliza a necessidade de propiciar ao aluno do Ensino Médio os conhecimentos sociológicos, de maneira que alcance um nível de compreensão mais elaborado em relação às determinações históricas nas quais se situa e, também, fornecendo-lhes elementos para pensar possíveis mudanças sociais, promovendo o exercício da cidadania.

A Sociologia é fruto das grandes transformações sociais, decorrente principalmente de três grandes revoluções: uma política, a Revolução Francesa; uma social, a Revolução Industrial e uma revolução na ciência, que se firma com o Iluminismo. Na medida em que a sociedade se transforma, essas mudanças exigem um olhar racional, crítico e científico para entendê-las. No bojo dessas transformações, grandes pensadores se propõe analisar esta realidade para compreendê-las e buscar solução para os problemas colocados. Entre os pensadores se destacam: Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

CONTEÚDOS

Os conteúdos estruturantes propostos são representativos dos grandes campos do saber, da cultura e do conhecimento universal e devem ser compreendidos a partir da práxis pedagógicas como construção histórica. Os conhecimentos estruturantes da Sociologia são conhecimentos de grande amplitude, conceitos e práticas que identificam e organizam campos de estudos considerados centrais e básicos para compreender os processos de construção social.

1º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
O Processo de Socialização e as Instituições Sociais	Processo de Socialização; Instituições sociais: Familiares, Escolares e, Religiosas; Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc).
2º ANO	

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
Cultura e Indústria Cultural	Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades; Diversidade cultural; Identidade; Indústria cultural; Meios de comunicação de massa; Sociedade de consumo; Indústria cultural no Brasil; Questões de gênero; Culturas afro brasileiras e africanas; Culturas indígenas.
3º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
Trabalho, Produção e Classes Sociais	O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades; Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais; Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições; Globalização e Neoliberalismo; Relações de trabalho; Trabalho no Brasil.
3º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
Poder, Política e Ideologia.	Formação e desenvolvimento do Estado Moderno; Democracia, autoritarismo e totalitarismo; Estado no Brasil; Conceitos de Poder; Conceitos de Ideologia; Conceitos de dominação e legitimidade; As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.
3º ANO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Direitos: civis, políticos e sociais; Direitos Humanos; Conceito de cidadania; Movimentos Sociais; Movimentos Sociais no Brasil; A questão ambiental e os movimentos ambientalistas; A questão das ONG's.

METODOLOGIA

A Sociologia tem o intuito de conhecer e explicar os aspectos da vida em sociedade. Assim, a metodologia aplicada na disciplina se dá em torno de situações problemas e analogias sobre as questões sociais de época e da contemporaneidade, tendo por objetivo final a formação de agentes com uma consciência crítica, de valores, ética e cidadania para a participação e transformação social.

Contudo, é fundamental a utilização de múltiplos instrumentos metodológicos, os quais devem adequar-se aos objetivos pretendidos, tais como: aulas expositivas, leitura e explicação de textos que contextualizem a construção histórica da Sociologia e das teorias sociológicas, juntamente com os significados dos conceitos destas, análise, discussão, pesquisas de campo e bibliográficas.

Os recursos audiovisuais fundamentais utilizados na disciplina são: recortes de filmes; vídeos, imagens; notícias de jornais e revistas de época e contemporâneas, folders e cartazes de época e contemporâneos; letras de músicas de época e contemporâneas; dinâmicas em grupos, visitas a espaços citadinos e instituições sociais, produção de textos que reflitam os conteúdos trabalhados e outros que possam contribuir para a aprendizagem. A partir disso, poderão ser desenvolvidas estratégias metodológicas como: projetos, estudos de casos, experiências vinculadas às questões debatidas, seminários, oficinas, fomentando debates e discussões aos desafios apresentados, tais como os seguintes: Direitos Humanos – Resolução 01/12 – CNE/CP; História Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena – Lei nº(11.645/08); Direito da Criança e do Adolescente; Violência contra a Criança e o Adolescente – Lei federal nº (11.525/07) e Estatuto da Criança e adolescente nº 8069/90; Enfrentamento à Violência na Escola; Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Lei nº(11343/06);Estatuto do Idoso – Lei nº(10.741/03); História do Paraná – Decreto nº 1143/99, Portaria 413/02; Educação Alimentar e Nutricional – nº (Lei 11.947/09); Educação Tributária e Fiscal – Decreto nº1143/99 – Portaria 413/02; Educação Ambiental – Lei federal nº (9.795/99), Decreto nº 4.281/02 e Deliberação 04/13; Educação para o Trânsito – Lei (9.503/97); Música - Lei nº (11.769/08); Sexualidade Humana – Lei nº (11.733/97); incluindo Gênero e Diversidade Sexual; Hasteamento de Bandeiras e execução de Hinos (Somente para as escolas estaduais) – Instrução 13/12 SUED/SEED e Lei nº (12.031) de 21/09/09; Brigadas

Escolares – Decreto nº 4.837/12.

Sobre os **desafios socioeducacionais**, vale salientar que muitos destes desafios acima citados são expressões históricas de demandas existentes na sociedade, os quais encontram respaldo legal e devem ser trabalhados articulados ao currículo, sempre que o conteúdo exigir, fazendo parte da totalidade de um conteúdo. Estas são as necessárias discussões, a serem feitas na escola, para que o currículo possa expressar o projeto de educação e de sociedade que se almeja e neste sentido a intencionalidade do trabalho com o conhecimento na disciplina. Esta análise também é necessária para que se retome na escola a análise da Proposta Pedagógica Curricular - expressão dessa intenção no Projeto da escola pública em sua função social.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação no âmbito escolar não pode ser arbitrário nem tampouco unilateral ou monológico, mais dialógico. A escola precisa ser concebida como um espaço em que haja uma relação intrínseca e recíproca entre quem ensina e quem aprende, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas, para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Desta maneira, a DCE bem como a LDB preconizam a chamada avaliação formativa, contínua, cumulativa e diagnóstica, termos utilizados para referir-se a um ponto de vista mais adequado ao cotidiano da sala de aula, em oposição à avaliação somativa e classificatória.

Por ser contínua e diagnóstica, a avaliação aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Diante disso, e sob a recomendação da DCE (2008, p. 98 e 99), e do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, a avaliação em Sociologia deverá observar que:

Instrumentos e pesos: Avaliações com questões abertas e discursivas e questões fechadas de alternativas de modo a haver um equilíbrio entre elas. Instrumentos diversificados, tais como produções de texto, mostras, apresentações, seminários, debates, dramatizações, entre outras possibilidades.

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, sobre o sistema de avaliação

para a rede estadual de ensino, a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa, para isso a mesma deverá ser **contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação:

- a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação de estudantes da **Educação Especial** deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso:

- a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos(as) estudantes e do ensino do(a) docente;
- b) os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o(a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados,

registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- **Seminários/apresentações orais:** argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- **Atividades experimentais:** pesquisa de campo e relatório
- **Debates:** (seminários e simpósios);
- **Trabalhos em grupo:** Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- **Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas:** várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- **Leitura e compreensão de textos:** sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- **Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos:** primeira versão, revisão, versão definitiva).
- **Portfólios:** avaliação de caráter formativo, permite o acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;

De acordo com a **Instrução 015/2017** que esclarece sobre o aproveitamento escolar, nos seus itens 2.1 a 2.6, destacamos o item 2.4, onde se lê que:

compreende-se a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos;
a) considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa ao pleno desenvolvimento do(a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre); b) fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos

conteúdos.

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

•

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

•

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios);

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre:

1- Avaliações (provas escrita ou oral), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2- Trabalho(s) Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois)

instrumentos de recuperação por **bimestre**, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no **Registro de Classe Online (RCO)**. A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6.ed. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins fontes, 2002. (coleção tópicos).

ARIÉS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FREYRE, Gilberto. Sociologia. Editora: José Olímpio. FONTOURA, Amaral. **Introdução a Sociologia**. Editora: Globo. OLIVEIRA, Santos Pérsio. **Introdução a Sociologia**. Editora: Ática, 2004.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Sociologia**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação**. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Sociologia**. Curitiba, 2012.